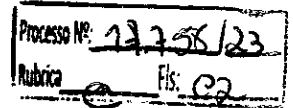


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: eebfb7d8-c466-4a56-9dad-470adc8ba77f

Protocolo: Processo Requerimento Nº 017758/2023

Data: 05/07/2023 14:36:34

Origem: TITONELI VEICULOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***Contato: TITONELI VEICULOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 05/07/2023 14:36:50	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Pregão/Concorrência Eletrônica

* Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ

PROCESSO Nº 11.684/2022 Modalidade: Pregão Eletrônico nº 091/2023

Objeto: Aquisição de veículo utilitário Okm, para a estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

REQUERENTE: TITONELI VEÍCULOS LTDA

A empresa Titoneli Veículos Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.448.734/0001-54, situada a Rua Santa Tereza, nº 1001 - Centro - Bicas - MG, Cep: 36.600-00, neste ato representada por Wagner de Paula Titoneli, casado, Sócio/Diretor, portador da Carteira de Identidade nº 216874172, inscrito no CPF nº 035.341.006-38, com endereço profissional acima mencionado neste ato, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Excelência, interpor o presente.

RECURSO ADMINISTRATIVO.

Contra a decisão lavrada na Ata da Reunião de Licitação realizada em 26/06/2023 que acabou definindo vencedora a empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

1 - DOS FATOS

O certame ocorreu no dia e hora marcados, tendo sido vencedora uma empresa EPP, que não é Concessionária da Marca, nem montadora.

A Recorrente não consegue uma margem de negociação com esse tipo de empresa, pois eles adquirem os veículos Okm direto da montadora com desconto pelo canal de venda direta, estas somente conseguem participar do certame com tal discrepância de valores pelo fato de não cumprirem com o exigido, e pelo fato do emplacamento não ser o primeiro, mesmo que seja, estão omitindo a nota e atpv da montadora, e emitimos uma nota da empresa ganhadora do certame, se puderem observar, quando entregam o veículo, o proprietário anterior, não é a empresa ganhadora, e sim a montadora, onde na verdade, teria que constar o nome da empresa vencedora do certame.

Assim, a Administração Pública deve se pautar dentre outros princípios na legalidade e moralidade,

ao desrespeitar os ditames da Lei Ferrari nº. 6.729/79, lei esta especial na qual não cabe a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum.

Inconformada com a decisão da Ilmo. Pregoeiro e sua doughty equipe de apoio, a Recorrente manifestou, no momento da sessão, a intenção de interpor recurso o fazendo a seguir pelos fundamentos a serem expostos.

2 — DA TEMPESTIVIDADE

O prazo concedido para apresentação de Recurso é até o dia 30/06/2023, Assim, sendo protocolado nesta data, resta comprovada a sua tempestividade.

3- DAS RAZÕES DE RECURSO E MÉRITO

Pois bem. Esta Recorrente não pode coadunar com ilegalidade constante no certame do Pregão Eletrônico nº. 091/2023, como será a seguir demonstrado.

É sabido que o conceito de Okm no meio automobilístico e nos departamentos de trânsito é o de que veículos novos são aqueles sujeitos ao primeiro emplacamento.

Nos termos da Lei Ferrari nº 6.729/79, na qual disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores e por ter caráter de lei especial, não cabe a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum, com informações específicas sobre as formalidades e obrigações legais para uma relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores, está estabelecido nesta Lei.

A concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre é disciplinada pela Lei nº. 6.729/79, que estabelece:

Art . 1º À distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

Art. 2º Consideram-se:

- I - produtor, a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores;
- II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade;
- III - veículo automotor, de via terrestre, o automóvel, caminhão, ônibus, trator, motocicleta e similares;

Desta forma ao permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não é consumidora final, o que juridicamente foge da definição de veículo novo (OKM)

As sociedades empresárias multimarcas, que não são representantes dos fabricantes, emplacam o veículo em nome próprio, ou quando não emplacam, tiram uma nota ao órgão Público de forma incorreta, uma vez que a nota usada para o seu primeiro emplacamento tem que ser da Montadora ou Concessionária de Veículos OKM, e, posteriormente, transferem ao adquirente, sendo que, durante essa operação, o bem deixa de ser zero quilômetro e passa a ser SEMINOVO.

A nota fiscal da empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, por não ser uma concessionária, não poderá ser usada para fazer o primeiro emplacamento, descaracterizando o veículo como novo/0 km.

Ora, esta Administração, mesmo que tenha a garantia de fábrica sobre o veículo, estará adquirindo um veículo SEMINOVO. No caso em tela, o veículo ao sair de concessionária já terá uma depreciação de 15%, ou seja, o Município de Nova Friburgo estará adquirindo literalmente um carro novo, já depreciado em 15% de seu valor.

Esta D. Turma Julgadora não poderá deixar que o Administrador Público incorra na ilegalidade apresentada e adquira um veículo que não seja zero quilômetro.

Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União — CGU, em resposta a pedido de esclarecimento feito deixou claro que “veículo novo (zero quilômetro) é aquele adquirido através de fabricante/ montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro — CTB”.

Logo, o primeiro emplacamento deverá ocorrer apenas em duas situações específicas, pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou pela aquisição junto à concessionária. E em qualquer

outra situação o emplacamento será caracterizado como de um veículo semi novo.

Ponto finalizando, a participação de empresas não autorizadas pelos fabricantes fere os princípios da legalidade e moralidade, sendo, portanto, manifestadamente contrários a Lei Ferrari, passíveis das punições previstas na Lei nº. 8.666/93, aplicada subsidiariamente aos pregões.

Ante ao exposto é imperioso a aplicação da Sumula 473 do STF, considerando o que dispõe:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os, tornam ilegais porque deles não se originam direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”

Ademais, considerando o descrito no Termo de Entendimentos entre a Anfavea/ Fenabrave e os Convênios ICMS 64/2016, que foi alterado pelo 67/2018 e 135/2014, a empresa classificada em primeiro lugar no referido certame, não poderia vender os veículos adquiridos pelo canal de venda direta da montadora com menos de 12 (doze) meses de sua aquisição, uma vez que esses veículos ficam como ativo imobilizado, no caso de venda antes desse prazo terá que recolher a diferença de ICMS, que implica no emplacamento, o que também não foi observado pela Comissão de Licitação.

Ademais, considerando que o veículo ofertado não é de acordo com o veículo solicitado no Termo de referência, onde se diz claramente, Saveiro Trendline CS, com todos os equipamentos de série, podemos observar que na Proposta de preço, a empresa EPL tirou o nome Saveiro Trendline, deixando apenas Saveiro 1.6 CS, e quando foi solicitado catálogo do produto ofertado, simplesmente a empresa anexou o da Saveiro Robust, mas sem a versão robust estampada no mesmo, o que mostrou má fé, e que para chegar a esse valor de venda, ele não entregará a versão solicitada, mas sim a Robust, o que gerará transtornos para a Prefeitura de Nova Friburgo, inserirei as especificações da Trendline, para que comparem com a que ele enviou, e comprovem a má fé do fornecedor.

Logo, verifica-se que a Empresa Vencedora não logrou êxito em comprovar que atendeu integralmente o edital concernente as matérias abordadas, e ainda assim saiu vencedora do certame.

Salienta-se que a Empresa Recorrente atende perfeitamente às todas as condições gerais constantes do Edital do Pregão Eletrônico, assim como apresenta toda a documentação e requisitos necessários ao Credenciamento e Habilitação sendo uma empresa Concessionária da marca Volkswagen.

Não se pode olvidar que a licitação na modalidade pregão caracteriza-se pelo objetivo de imprimir celeridade e eficiência nas contratações públicas, por meio da simplificação das regras procedimentais, condicionada aos princípios básicos estabelecidos no art. 4º do decreto nº 3.555/2000:

Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

A verificação de condições de aceitação dos documentos em licitações públicas deve ser feita com

observância dos requisitos que se prestam à sua finalidade, contudo, sem apego exagerado às formalidades e rigorismos literais que possam iludir ou desviar os agentes administrativos responsáveis pela condução dos certames dos propósitos fundamentais do procedimento, dele afastando ofertas válidas e participantes qualificados. O que deve importar na licitação pública, data vênica, é a substância das coisas e não o rigorismo dos atos.

Assim, no caso em tela, restam presentes os documentos habilitatórios com as exigências contidas no edital, bem como comprovada a aptidão da defendente para a execução do objeto licitado sem qualquer repercussão na esfera de direito dos participantes.

Ademais, o edital informa que a Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

Não há como negar que a finalidade maior do processo licitatório é a aquisição da melhor proposta a ser obtida pelo Poder Público, mediante disputa a ser desenvolvida entre interessados, que devem ser tratados, em todo o decorrer do certame, de forma isonômica. Entretanto, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem ser observados, posto que, em eventual infração ao instrumento convocatório, mostrando-se mínima, o interesse da Administração deve prevalecer em detrimento do excesso de formalismo.

Destaca-se por fim que a FEBABRAVE — FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, vem oficiando os órgãos DENATRAN, CONFAZ, ANFAVEA, DETRAN E SECRETARIAS DE FAZENDA DO ESTADO conforme ofícios já acostados aos autos, para que se atentem as exigências à Lei Ferrari e os Convênios ICMS 64/06 e 67/18 para que não caiam nas armadilhas das revendedoras de veículos que não gozam de condições de vender veículos Okm.

4- DO PEDIDO:

Diante do exposto, tendo em vista que o veículo ofertado pela empresa EPL, não se enquadra no conceito legal de veículo zero quilômetro, e se tratando de não ser um veículo conforme solicitado, que houve má fé, ofertando um produto inferior ao solicitado, esta Administração Pública vinculada ao Princípio da Legalidade, da impessoalidade, da Moralidade Administrativa e da Supremacia do Poder Público, requer-se, com toda vênia, que seja admitido o presente recurso e que seja julgado procedente, com efeito suspensivo, para que, reconhecendo-se a ilegalidade cometida, desabilite a EPL Comercio e Serviços Ltda, habilitando a Empresa Titoneli Veículos Ltda, que atendeu todas as exigências do Termo de Referência.

Nestes termos,
 Pede deferimento.

Bicas, 30 de junho de 2016.

Titoneli Veículos Ltda

Segue dados da versão Saveiro Trendline, conforme solicitado na Licitação, o qual teria que constar no catálogo enviado pela empresa:

. Motor EA211 com 116cv de potência . "ABS" - freios com sistema antitravamento . "Aerowischer" - palhetas do limpador de para-brisa com melhor performance . "Easy trunk" - sistema de abertura elétrica da tampa traseira pelo logotipo . "EBD" - freios com distribuição eletrônica de frenagem . "ESS" - alerta de frenagem de emergência Sólidas: . "E-Flex" - sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina . "I-System com Eco-Comfort" - computador de bordo . "Keyless" - sistema de alarme com comando remoto . "Park Pilot" - sensor de estacionamento traseiro . 2 airbags (passageiro e motorista) . Alerta sonoro para lanternas ligadas Metálicas: . Antena no teto . Apoio lateral para acesso a caçamba . Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen . Banco do motorista com ajuste de altura . Chave tipo "canivete" com controle remoto . Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador . Console central com porta-copo . Direção hidráulica . Emblema "Saveiro" na tampa traseira . Espelhos retrovisores elétricos externos com luzes indicadoras de direção integradas e função tilt-down no lado direito . Espelhos retrovisores externos e maçaneta das portas na cor do veículo . Estepe sob a caçamba . Faróis simples com máscara escurecida . Faróis com função "Coming & Leaving Home" . Freio a disco nas quatro rodas . Grade dianteira em preto fosco . Grade protetora da janela traseira . Indicador de troca de marcha . Luzes de leitura dianteiras . Moldura nas caixas de rodas . Painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível . Para-choques na cor do veículo . Para-sol com espelho para passageiro . Porta-objetos nas laterais das portas . Porta-revistas atrás do banco do passageiro . Protetor da caçamba . Retrorrefletores no para-choque traseiro . Rodas de aço aro 15" com pneus 205/60 R15 . Tampa da caçamba com amortecedor e chave . Temporizador do limpador de para-brisa . Tomada 12V no console central . Travamento elétrico das portas com controle remoto . Vidros elétrico
 Saveiro Trendline CS 1.6 116 cv (E) / 106 cv (G) Manual de 5 velocidades Total flex 2 portas Model Code: SUFTU4
 Fonte: Volkswagen do Brasil Gerado por: DESEMPENHO Aceleração de 0 a 100 km/h: 10,0 s (E) / 10,6 s (G)
 Velocidade máxima: 180 km/h (E) / 175 km/h (G) MOTOR Cilindrada: 1.598 cm³ Potência líquida máxima: 116 cv (E) / 106 cv (G) - 5.750 rpm Torque líquido máximo: 16,1 kgfm (E) / 15,4 kgfm (G) - 4.000 rpm FREIOS
 Dianteiros: Discos ventilados Traseiros: Disco PRINCIPAIS DIMENSÕES Comprimento: 4.474 mm Distância entre eixos: 2.752 mm Largura: 1.713 mm Altura: 1.576 mm PESOS Em ordem de marcha: 1.078 kg COMPARTIMENTO DE CARGA Compartimento de carga: 924 l DIREÇÃO Direção: Hidráulica TRANSMISSÃO Transmissão: Manual de 5 velocidades RODAS E PNEUS Pneus: 205/60 R15 RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL Reservatório de combustível: 55 litros NÚMERO MÁXIMO DE PASSAGEIROS Número máximo de passageiros: 2

Pecher



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Processo Nº: 17.758/23
Rubrica 01 - Fls: 06

JUCEMG

UD01 - MF JUIZ DE FORA

Ato: 002 - 02/02/2015 15:04



15/108.803-9

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

31208683327

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **TITONELI VEICULOS LTDA**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153705957413

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO

025	1	EXTINCAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BICAS
Local

Nome: _____

Assinatura: *[assinatura]*

Telefone de Contato: _____

23 Janeiro 2015
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivé-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Sebastião Pontes da Silva
Téc. Gestão e Reg. Empresarial
MAT.: 1045518-8

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivé-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Pre



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO O REGISTRO SOB O NRO: 5454821
EM 04/02/2015
#TITONELI VEICULOS LTDA#

PROTOCOLO
AN1476139

15/108.803-9

OBSERVAÇÕES

Kenia

No Verso



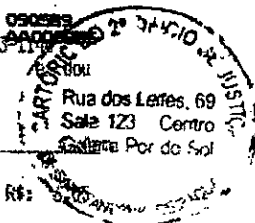
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5454821 em 04/02/2015 da Empresa TITONELI VEICULOS LTDA, Nire 31208683327 e protocolo 151088039 - 02/02/2015. Autenticação: 967DB762F3AF7DBAAC8F6DB62A5E5456B21288. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/108.803-9 e o código de segurança WBMZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/8



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SANTO ANTONIO DE PADUA
Rua dos Leites, nº 69, sala nº 123, 61 Por do Sol - RJ - (22)3853-1144
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de WAGNER DE PAULA TITONELI,
fe. Em Teste da verdade.
Santo Antonio de Padua-RJ, 27 de janeiro de 2015. Cód.:8019-011-01



Processo Nº: 17.758/23
Rubrica 41. Fls. 03.

JANIO ALVES FÁRIA-Escritor
Btd 1 - 20% R\$: 0,89 - 5% R\$: 0,22 - 5% R\$: 0,22 - 4% R\$: 0,17 Total R\$:
EATC70975-JEE, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

TITONELI VEÍCULOS LTDA

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

WALTER TITONELI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente à Travessa Francisco Sales, 78, CEP 36750-000, Palma, Estado de Minas Gerais, nascido em 02 de abril de 1953, na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais, filho de Bianor Titoneli e Florismira Maia dos Santos, portador da Carteira de Identidade nº M-8.336.896, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F. - nº 106.660.366-91; ✓

WAGNER DE PAULA TITONELI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente à Rua Oscar Teixeira da Silva, 195, Bairro São João Batista, CEP 36730-000, Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, nascido em 13 de outubro de 1979, na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais, filho de Walter Titoneli e Maria das Graças de Paula Titoneli, portador da Carteira de Identidade nº 21.687.417-2, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do Cadastro de Pessoas Físicas - C. P. F. - nº 035.341.006-38; ✓

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada denominada "**TITONELI VEÍCULOS LTDA**" estabelecida à Rua Santa Tereza, 1001, Centro, CEP 36600-000, Bicas, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - C.N.P.J. - sob o nº 11.448.734/0001-54, e com Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG - sob o nº 3120868332-7 em 11 de janeiro de

@

1

dp



2010, e última Alteração Contratual sob nº 5147587 em 17 de setembro de 2013, com filial à Rodovia BR 285, s/n, Km 75, Zona Rural, CEP 36780-000, Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - C.N.P.J. - sob o nº 11.448.734/0002-35, e NIRE nº 31902313334, resolvem de comum acordo promover a seguinte alteração na referida sociedade como segue:

I – EXTINÇÃO DE FILIAL:

A partir deste ato fica extinta a filial situada à Rodovia MG 285, s/n, Km 75, Zona Rural, CEP: 36780-000, Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

II – ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL:

O objeto social passa a ser o comércio de veículos novos e usados, peças, acessórios e assistência técnica, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

III - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO;

TITONELI VEÍCULOS LTDA

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO;

A sociedade cuja denominação social é "**TITONELI VEÍCULOS LTDA**" estabelecida à Rua Santa Tereza, 1001, Centro, CEP: 36600-000, Bicas, Estado de Minas Gerais, elegendo desde já o foro desta comarca para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O início de atividades da sociedade ocorreu em 01 de janeiro de 2010.



2



PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO SOCIAL;

O objetivo da sociedade é o comércio de veículos novos e usados, peças, acessórios e assistência técnica, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO CAPITAL SOCIAL;

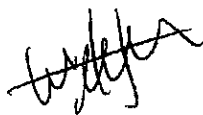
O Capital Social é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), representado por 400.000 (quatrocentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre os quotistas da seguinte forma:

- a) – **WALTER TITONELI**, 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- b) – **WAGNER DE PAULA TITONELI**, 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

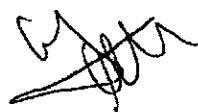
PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme previsto no art. 1.052 CC/2002.

CLÁUSULA QUARTA: DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES;

A administração da sociedade cabe ao sócio **WAGNER DE PAULA TITONELI**, com poderes e atribuições de administrador, autorizado ao uso do nome empresarial, que assina pela sociedade, dispensado da prestação de caução, vedado, no entanto, em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio



3



conforme previsto nos artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002, e que fazem jus a uma remuneração mensal a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes;

CLÁUSULA QUINTA: DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

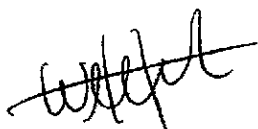
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizado, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente conforme previsto nos artigos 1.056 e 1.057 CC/2002;

CLÁUSULA SEXTA: DA EXTINÇÃO, INSOLVÊNCIA OU FALECIMENTO DE SÓCIO;

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data resolução, verificada em balanço parcialmente levantado e pago conforme disposto na Cláusula Sétima;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE;

Por vontade dos sócios que representam no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, poderá a sociedade a qualquer tempo, ser dissolvida e entrar em liquidação, sendo expressamente vedado ao quotista minoritário esta postulação. O liquidante será nomeado pelos sócios majoritários. Caberá ao Sócio dissidente, retirar-se da sociedade, receberá seus haveres em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencível a primeira delas a trinta dias da data do Balanço, e as demais nas mesmas data dos meses subseqüentes, até o seu término. Fica ressalvado o direito de qualquer herdeiro que não desejar retirar-se da sociedade a suceder o sócio-premorto, pagando aos demais herdeiros o que exceder do seu quinhão, preço a preço, condição a condição, aos eventuais interessados;



4





CLÁUSULA OITAVA: DO BALANÇO ANUAL, SEUS RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO;

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas conforme previsto no artigo 1.065 CC/2002;

CLÁUSULA NONA: DELIBERAÇÕES GERAIS;

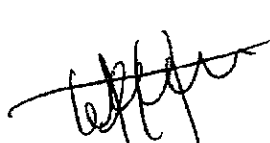

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior *quorum*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO;

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade conforme previsto no artigo 1.011 / 1º CC 2002;

 5 

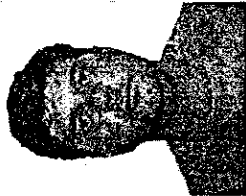




NOME WAGNER DE PAULA TITONELI	
DOC. IDENTIFICAÇÃO EMISSOR/UF 216874172 DETRAN RJ	
CPF 035.341.006-38	DATA NASCIMENTO 13/10/1979
FLUXÃO WALTER TITONELI	
MARIA DAS GRACAS DE PAULA TITONELI	
PERMISSÃO ACC	CAT. HAB. AB
Nº REGISTRO 00282250077	VALIDADE 17/03/2026
1ª HABILITAÇÃO 22/12/1997	



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2130221446



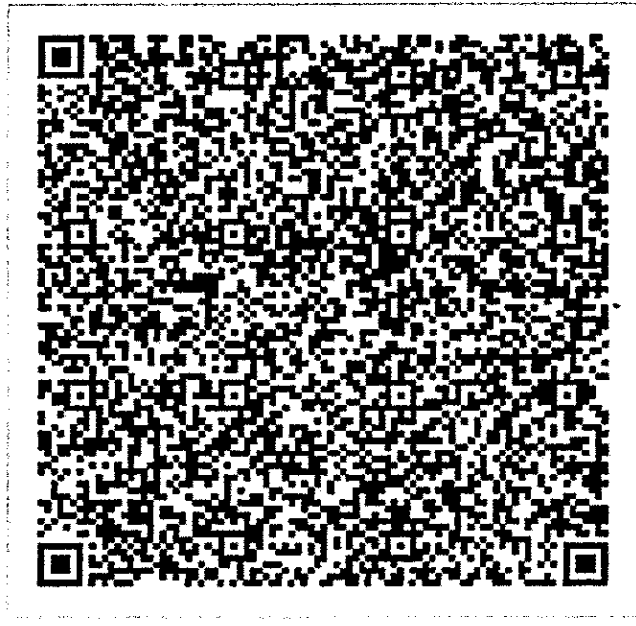
OBSERVAÇÕES



LOCAL SANTO ANTONIO DE PADUA, RJ	DATA EMISSÃO 19/03/2021
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO RJ0505589451	
RIO DE JANEIRO	
DENATRAN CONTRAN	

2130221446

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Processo Nº: 17.758/23
Rubrica cp: Fls: 14

CONTRATO DE CONCESSÃO

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., empresa comercial com sede em São Bernardo do Campo, à Estrada Marginal da Via Anchieta Km, 23,5, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ. Sob nº 59.104.422/0001-50 doravante denominada **(CONCEDENTE)**

e

TITONELI VEÍCULOS LTDA., com sede na cidade de Bicas, na Rua Santa Tereza, 1001, Centro, Estado de Minas Gerais, inscrita no C.N.P.J. sob nº. 11.448.734/0001-54, doravante denominada **(CONCESSIONÁRIO)** representada na forma de seus respectivos documentos de constituição, têm entre si contratado o seguinte:


CLÁUSULA PRIMEIRA Objeto do Contrato

1. A **CONCEDENTE** concede ao **CONCESSIONÁRIO** o direito de revender automóveis e peças de reposição da marca Volkswagen e prestar assistência técnica aos veículos de sua fabricação, com as obrigações daí decorrentes.
2. Todos os negócios resultantes desta concessão serão realizados pelo **CONCESSIONÁRIO** em seu nome, por sua própria conta e sob sua exclusiva responsabilidade, sem direito de representação da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA Obrigações da **CONCEDENTE**

1. A **CONCEDENTE** prestará ao **CONCESSIONÁRIO** orientação técnica, administrativa e contábil destinada à organização e adequado funcionamento de sua empresa.
2. Através de seus Departamentos especializados, dará a **CONCEDENTE** assistência ao **CONCESSIONÁRIO** nos trabalhos necessários à instalação da revenda, no que tange à aquisição de terreno, elaboração de plantas e execução de suas obras.
3. **O CONCESSIONÁRIO** será orientado sobre a forma de utilizar com o máximo de eficiência todas as suas instalações.

OP



4. Ao pessoal técnico e administrativo do **CONCESSIONÁRIO** serão ministrados cursos e seminários, visando ao seu treinamento nas tarefas de que são incumbidos.
5. Serão fornecidos também ao **CONCESSIONÁRIO** programas e recursos materiais destinados à formação de aprendizes e ao treinamento, pelo próprio **CONCESSIONÁRIO**, de seu pessoal produtivo ou administrativo.
6. Todos os formulários, catálogos de peças e listas de preços do **CONCESSIONÁRIO** serão fornecidos pela **CONCEDENTE**.
7. O **CONCESSIONÁRIO** poderá adquirir também da **CONCEDENTE** a literatura técnica atualizada necessária ao desempenho de suas atividades, assim como letreiros luminosos para seu estabelecimento.
8. Receberá o **CONCESSIONÁRIO** instruções técnicas em geral, relativas aos produtos da marca Volkswagen e à aquisição de equipamentos, ferramentas especiais e de medição e ferramental de construção própria.
9. Receberá mais o **CONCESSIONÁRIO** orientação sobre a organização e funcionamento de seu comércio de veículos usados.
10. Ao **CONCESSIONÁRIO** serão também fornecidos planos de desenvolvimento de dados estatísticos da revenda, a fim de poder apreciar o grau de sua eficiência no contexto dos demais concessionários.
11. Serão ainda fornecidos ao **CONCESSIONÁRIO** dados sobre pesquisas de mercado, racionalização do trabalho e aperfeiçoamento de métodos e sistemas de trabalho.
12. A **CONCEDENTE** fornecerá ao **CONCESSIONÁRIO** o material necessário à promoção de vendas e orientará e acompanhará suas campanhas promocionais, participando de suas despesas de propaganda.
13. O **CONCESSIONÁRIO** se beneficiará ainda com a promoção de vendas que a **CONCEDENTE** realizar no âmbito nacional.

14. Representantes e auditores da **CONCEDENTE** visitarão periodicamente o **CONCESSIONÁRIO** com o objetivo de verificar o curso de seus negócios e fornecer-lhe orientação para o aprimoramento de suas atividades.
15. A **CONCEDENTE** garantirá seus produtos mediante o reembolso ao **CONCESSIONÁRIO** das despesas de mão-de-obra e peças substituídas em veículos com menos de 10.000 Km rodados e menos de seis meses de uso, em consequência de defeitos de fabricação, montagem e funcionamento.
16. Reembolsará também a **CONCEDENTE** o **CONCESSIONÁRIO** pelas despesas com material e mão-de-obra relativas à substituição de peças com menos de seis meses de uso por defeito de fabricação, montagem e funcionamento.
17. Em circunstâncias especiais, independentemente de quilometragem e prazo, poderá a **CONCEDENTE** efetuar, a seu critério, o reembolso das despesas referidas nos dois itens anteriores.
18. Ao **CONCESSIONÁRIO** é assegurado manter linha de crédito para o funcionamento de suas vendas, através do **BANCO VOLKSWAGEN S.A.** dentro das possibilidades daquela Companhia.

CLÁUSULA TERCEIRA
Obrigações do CONCESSIONÁRIO

1. A aquisição de veículos da marca Volkswagen será feita pelo **CONCESSIONÁRIO** de acordo com pedidos mensais, ao preço estipulado pela Fábrica.
2. A aquisição de material de assistência técnica, peças originais de reposição ou peças originais reconcondicionadas, será feita conforme instruções da **CONCEDENTE**.
3. **CONCESSIONÁRIO** promoverá os interesses da **CONCEDENTE** através de propaganda de seus produtos, de acordo com a orientação técnica que lhe for fornecida.
4. O **CONCESSIONÁRIO** acrescentará à sua denominação comercial "**Revendedor Autorizado da marca Volkswagen**", sendo-lhe vedado usar marcas e insígnias da **CONCEDENTE** nos registros de seu estabelecimento.

5. As dependências destinadas a vendas, exposição, oficina e depósito de peças de reposição do **CONCESSIONÁRIO** serão equipadas e conservadas de acordo com as orientações da **CONCEDENTE** e identificadas pela colocação em locais bem visíveis dos caracteres distintivos e marcas da **CONCEDENTE**.
6. As oficinas de conserto do **CONCESSIONÁRIO** serão equipadas com ferramentas especiais adequadas, convenientemente mantidas.
7. O **CONCESSIONÁRIO** seguirá as orientações da **CONCEDENTE** relativas às "Normas de Trabalho", estoque e vendas de veículos novos e usados, organização contábil, estoque e venda de peças de reposição, assistência técnica, propaganda, promoção de vendas e treinamento de pessoal.
8. A assistência técnica prestada pelo **CONCESSIONÁRIO** aos proprietários de veículos da marca Volkswagen atenderá aos padrões normais de rapidez e eficiência, observados os limites estabelecidos pelo Código de Operações de Serviços vigente.
9. O **CONCESSIONÁRIO** manterá atendimento público em todas as suas instalações durante o horário normal de comércio em sua zona e, quando conveniente e possível, cumprirá plantão de atendimento fora do horário comercial e prestará assistência técnica volante nas vias públicas.
10. No estabelecimento do **CONCESSIONÁRIO** haverá tabela de preços de veículos exposta em lugar bem visível, da qual constará também a parcela correspondente ao frete e seguro de transporte.
11. Será sempre respeitada a originalidade essencial dos produtos da marca Volkswagen, sendo defeso modificá-los, alterá-los ou de qualquer forma contribuir para que isso seja feito.
12. O **CONCESSIONÁRIO** zelarà pelas marcas, insígnias, sinais, expressões de propaganda ou privilégios industriais da **CONCEDENTE** e **VOLKSWAGENWERK AKTIENGESELLSCHAFT**, usando-os apenas com autorização e sob orientação da **CONCEDENTE**, não usando quaisquer outros que possam causar confusão com eles e notificando a **CONCEDENTE** de qualquer utilização indevida em sua zona.
13. Os balancetes mensais do **CONCESSIONÁRIO**, firmados por seus Diretores e por um contador legalmente habilitado serão conservados em sigilo e servirão à **CONCEDENTE** como material de estudo destinado à orientação do próprio **CONCESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA
Zona de Revenda

1. Considera-se Zona de Revenda, no mínimo, o Município do estabelecimento do **CONCESSIONÁRIO**.
2. A extensão da zona de revenda e prestação de assistência técnica será determinada em documento **ANEXO** a este contrato e poderá ser modificada, a critério da **CONCEDENTE**, mediante comunicação prévia.
3. Reserva-se a **CONCEDENTE** a faculdade de fazer outras concessões a terceiros, iguais ou semelhantes à presente, dentro da mesma zona, assegurado aos **CONCESSIONÁRIOS** já estabelecidos direito a se habilitarem à nova concessão.
4. O **CONCESSIONÁRIO** não fará transações com revendedores não autorizados, nem venderá produtos da marca Volkswagen fora de sua zona, para fora do país ou para fins de exportação.

CLAUSULA QUINTA
Fornecimentos Diretos

1. Reserva-se a **CONCEDENTE** o direito de vender diretamente seus produtos
 - ao patrimônio da União, Estado, Município, inclusive autarquias e sociedades de economia mista;
 - às representações diplomáticas;
 - às indústrias congêneres;
 - aos seus empregados ou a empregados de empresas nas quais tenha participação ou interesse;
 - às autoridades públicas;
 - aos frotistas;
 - às instituições de fins filantrópicos e/ou assistenciais;
 - às cooperativas ou reembolsáveis das Forças Armadas;
 - às organizações internacionais e seus membros;
 - aos jornalistas;
 - às pessoas físicas ou jurídicas que, a seu critério, mereçam este tratamento.
2. Nas hipóteses do item anterior, será assegurada ao **CONCESSIONÁRIO** a participação habitual na venda, salvo situações especiais, a juízo da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SEXTA
Da exclusividade

1. Não participará o **CONCESSIONÁRIO** de qualquer atividade que possa implicar na promoção ou comércio de produtos similares ou concorrentes dos produtos Volkswagen.
2. Esta proibição não impede o comércio de veículos usados, recebidos em pagamento de carros da marca Volkswagen.

CLÁUSULA SÉTIMA
Encomenda de Produtos

1. As encomendas do **CONCESSIONÁRIO**, no que se refere a quantidade e época, estarão em conformidade com o plano anual de fornecimentos firmado entre ele e a **CONCEDENTE**.
2. À **CONCEDENTE** caberá a faculdade de confirmar os pedidos e atendê-los levando em conta sua capacidade de produção e a de absorção momentânea da zona de revenda.

CLÁUSULA OITAVA
Garantia

1. O **CONCESSIONÁRIO** prestará assistência técnica gratuita a veículos da marca Volkswagen, nos prazos e condições estipulados na garantia de fábrica, independentemente de terem sido ou não por ele revendidos.
2. Os serviços prestados pelo **CONCESSIONÁRIO** aos clientes da marca Volkswagen serão por ele garantidos, nos mesmos prazos e condições da Fábrica, ficando obrigado a refazê-los quando necessário ou a ressarcir as despesas repetidas em outro **CONCESSIONÁRIO**, quando efetuados fora de sua zona, sob aprovação do representante da **CONCEDENTE**.
3. As despesas da assistência técnica prestada pelo **CONCESSIONÁRIO** a veículos com garantia de fábrica serão reembolsadas pela **CONCEDENTE** de acordo com tabelas específicas.

CLÁUSULA NONA
Preços

1. Todos os preços de veículos, peças de reposição e serviços serão tabelados pela **CONCEDENTE** e alteráveis independentemente de prévia notificação.
2. Os produtos adquiridos pelo **CONCESSIONÁRIO** à **CONCEDENTE** serão pagos à vista, ao preço do dia do faturamento.
3. As revendas ao consumidor serão feitas de acordo com tabela fornecida pela **CONCEDENTE** inclusive no que se refere a frete e seguro de transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA
Bens em Comodato

1. Para o bom desempenho de suas obrigações poderá o **CONCESSIONÁRIO** receber em comodato, da **CONCEDENTE**, objetos como ferramental e material de promoção de vendas.
2. O **CONCESSIONÁRIO** deverá usar e conservar os objetos que lhe foram confiados na forma determinada pela **CONCEDENTE**, restituindo-os, em perfeito estado, quando exigidos, sob pena de responder pelo aluguel que vier a ser por esta arbitrado, durante a mora, na qual ficará constituído desde logo, independentemente de qualquer notificação, interpelação ou protesto, até sua entrega ou conserto.
3. O **CONCESSIONÁRIO** depositará na **CONCEDENTE**, em garantia do objeto comodato, valor correspondente a seu preço de compra.
4. É vedado ao **CONCESSIONÁRIO** transferir a terceiros posse e uso dos objetos comodados ou dá-los em qualquer forma de garantia.
5. O **CONCESSIONÁRIO** dará imediato conhecimento à **CONCEDENTE** de qualquer dano verificado nos objetos comodados, com ou sem culpa sua.
6. A **CONCEDENTE** poderá segurar os objetos comodados, correndo à conta do **CONCESSIONÁRIO** as despesas deste seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
Disposições Gerais

1. Os equipamentos necessários ao cumprimento das obrigações do **CONCESSIONÁRIO**, não fornecidos pela **CONCEDENTE**, serão adquiridos por este sob prévio exame e recomendação da **CONCEDENTE**.
2. Os direitos decorrentes deste contrato somente, poderão ser transferidos com prévio assentimento escrito da **CONCEDENTE**.
3. Estas disposições somente serão alteráveis mediante documento escrito firmado pelas partes, não importando em qualquer forma de modificação a eventual tolerância da **CONCEDENTE** a seu parcial inadimplemento.
4. Eventuais prejuízos decorrentes do transporte de produtos da marca Volkswagen, bem como despesas de seguro, correm à conta do **CONCESSIONÁRIO**, devendo, todavia, a **CONCEDENTE** contratar o transporte e o seguro.
5. Não se responsabiliza a **CONCEDENTE** pelas dívidas do **CONCESSIONÁRIO**, ainda que decorrentes deste contrato.
6. O presente contrato, que regulará totalmente as relações com seus signatários, entrará em vigor na data de sua assinatura e cessará a 31 de dezembro do corrente ano. Será, todavia, prorrogável por sucessivos períodos de um ano mediante manifestação escrita das partes.
7. Rescinde-se, entretanto, a qualquer tempo, o contrato, independentemente de notificação, por infração de qualquer uma de suas cláusulas ou nas seguintes hipóteses:
 - a. se for decretada falência ou deferida concordata do **CONCESSIONÁRIO**;
 - b. se o **CONCESSIONÁRIO** entrar em processo de liquidação judicial ou extra-judicial ou se, de qualquer forma, se verificar sua insolvência;
 - c. se houver qualquer modificação nos dados constantes do ANEXO deste contrato, sem prévia aprovação da **CONCEDENTE**.
 - d. Se qualquer de seus Diretores vier a participar da direção de outra empresa concorrente.
8. Rescindido o contrato, será lançado a débito do **CONCESSIONÁRIO**, para compensação com eventuais saldos credores, o valor das revisões gratuitas ainda não realizadas em veículos por ele vendidos.

9. Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da Capital de São Paulo para dirimir qualquer demanda direta ou indiretamente resultante deste contrato.

São Bernardo do Campo, 28 de julho de 2010

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA
DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

TITONELI VEÍCULOS LTDA.

[Handwritten signature]
[Stamp: 1º OFÍCIO]
[Handwritten signature]
Walter Titoneli

[Handwritten signature]
[Stamp: 1º OFÍCIO]
[Handwritten signature]
Wagner de Paula Titoneli

TESTEMUNHAS:

[Handwritten signature]
Nome: ALDA GONÇALVES RODRIGUES
Endereço: VIA ARCADETA, KM. 23,5 - SAC/SP

[Handwritten signature]
Nome: SALETE DE O. DOMINGOS
Endereço: VIA ARCADETA, KM. 23,5 - SAC/SP

(FIRMAS NO VERSO)

Processo Nº: 17.758/23
Rubrica: 11. Fls: 24

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA - RJ
Rua Coronel Oliveira, n.º 63 - Centro - CEP: 28478-000 - Tel: (22) 3251-0125

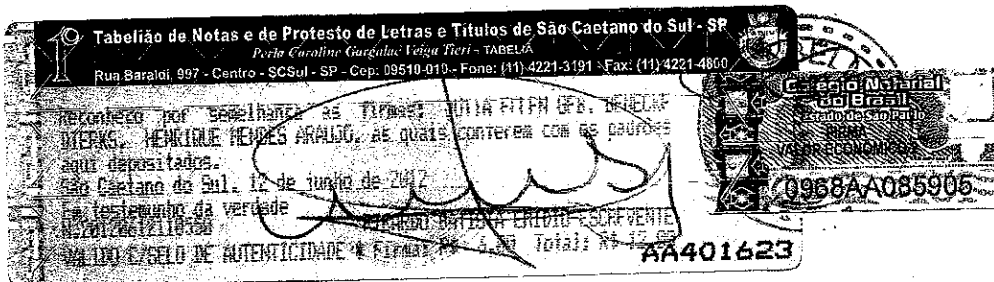
ANTONIO CARLOS MANHAES DE AQUINO - Titular - MAT. 06/2134
Reconheço, por AUTENTICIDADE a (s) firma (s): WALTER TITONELI e
WAGNER DE PAULA TITONELI x.x.x.x.x.x.x.x
Em, data 26/08/2010 Custas: R\$ 94

Em test.  da verdade.

ANTONIO CARLOS MANHAES DE AQUINO, Titular - MAT. 06/2134

Antonio Carlos Manhaes de Aquino

TITULAR
Mat. 06/2134



ANEXO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

ENTRE

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

e

TITONELI VEÍCULOS LTDA.

Matriz DN 1347

Firmado em: 28.07.2010

1 - Relação dos sócios da Concessionária:

Nome	CNPJ/CPF	% Part.Cap.
Wagner De Paula Titoneli	035.341.006-38	50,000
Walter Titoneli	106.660.366-91	50,000

2 - Instalação da Concessionária:

Áreas	Matriz DN 1347
a) Terreno (m²)	4.950
b) Construção (m²)	1.843
c) Showroom novos (m²)	730
d) Estoque de Peças (m²)	350
e) Lugares de Trabalho (unidades)	8

Local autorizado para funcionamento da Matriz

Rua Santa Tereza, 1001, Centro - Bicas - MG

3 - Área de Atuação Comercial

- Astolfo Dutra - MG
- Bicas - MG
- Descoberto - MG
- Dona Euzébia - MG
- Goiânia - MG
- Guarani - MG
- Guarara - MG
- Mar De Espanha - MG
- Maripá De Minas - MG
- Pequeri - MG
- Piratuba - MG
- Rio Novo - MG
- Rochado De Minas - MG
- São João Nepomuceno - MG
- Senador Cortes - MG

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE S.A. DE PAZUA - Rua Cel. Olivier, 100

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA:

WAGNER DE PAULA TITONELI

WALTER TITONELI

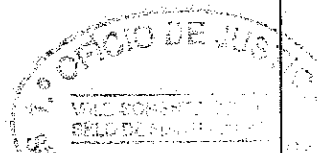
Santo Antonio de Padua, 2/2/2012 Total: R\$ 11,22 Recolhido

Em test. de verdade, Conf. por

RODRIGO SILVA SILVEIRA Rodrigo Silva Silveira

Escritório Unibanco

400 000000



31/08/10

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

TITONELI VEÍCULOS LTDA.

[Handwritten signatures and stamps over the company names]

Processo Nº: 17.758 / 23
Rubrica Mr. Fls: 26

1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos d. São Caetano do Sul - SP
Peça Caroline Gurgulio Veiga Terci - TABELIA
Rua Baraldi, 997 - Centro - SCSul - SP - Cep: 09510-010 - Fone: (11) 4221-3191 - Fax: (11) 4221-4800

Reconheço por semelhança as firmas: JULIA FILIPA DEB. BENECAF
PIERES, HENRIQUE MENDES ARAUJO, as quais conferem com os padrões
aqui depositados.
São Caetano do Sul, 12 de junho de 2012
Em testemunho da verdade
RUBRICADA EM 12/06/2012
VALOR C/SELLO DE AUTENTICIDADE: R\$ 8,00 Total R\$ 12,00

0958AA085907
AA401625



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023.

Processo Licitatório nº: 11.684/2022

Processo Recurso nº: 17.758/2023

OBJETO: Aquisição de veículo utilitário 0km, para a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, objeto da Emenda Parlamentar SIGTV nº 20213981005, em conformidade com a Portaria nº 69 de 24/06/2022 que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, bem como com o Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen e dá outras providências, para atender a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo – APAE.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 11.448.734/0001-54, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 17.758/2023.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 27/06/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 11.684/2022, a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3, 4 e 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA, CNPJ 11.448.734/0001-54 e seu representante legal, ambos já qualificados nos autos, vêm apresentar razões de recurso conforme demonstrado abaixo.

I - DOS FATOS

A empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA não poderia ter sido definida como vencedora do certame, considerando os motivos dispostos a seguir.

A nota fiscal da referida empresa, por não ser uma concessionária, não poderia ser usada para fazer o primeiro emplacamento, descaracterizando o veículo como novo/0 km.

Dessa forma, a Administração, mesmo que tenha a garantia de fábrica sobre o veículo, estaria adquirindo um veículo SEMINOVO. No caso em tela, o veículo ao sair de concessionária já teria uma depreciação de 15%, ou seja, o município de Nova Friburgo estaria adquirindo literalmente um carro novo, já depreciado em 15% de seu valor.



Comissão de Pregão I

Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União – CGU, em resposta a pedido de esclarecimento feito, deixou claro que "veículo novo (zero quilômetro) é aquele adquirido através de fabricante/ montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB".

Logo, o primeiro emplacamento deveria ocorrer apenas em duas situações específicas, pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou pela aquisição junto à concessionária. E em qualquer outra situação, o emplacamento seria caracterizado como de um veículo seminovo.

Ponto finalizando, a participação de empresas não autorizadas pelos fabricantes feriria os princípios da legalidade e moralidade, sendo, portanto, manifestadamente contrários a Lei Ferrari, passíveis das punições previstas na Lei nº. 8.666/93, aplicada subsidiariamente aos pregões.

Ante ao exposto, seria imperioso a aplicação da Súmula 473 do STF, considerando o que dispõe: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os, tornam ilegais porque deles não se originam direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Ademais, considerando o descrito no Termo de Entendimentos entre a Anfavea/ Fenabrave e os Convênios ICMS 64/2016, que foi alterado pelo 67/2018 e 135/2014, a empresa classificada em primeiro lugar no referido certame, não poderia vender os veículos adquiridos pelo canal de venda direta da montadora com menos de 12 (doze) meses de sua aquisição, uma vez que esses veículos ficam como ativo imobilizado. No caso de venda antes desse prazo, teria que recolher a diferença de ICMS, que implica no emplacamento, o que também não teria sido observado pela Comissão de Licitação.

op



Comissão de Pregão I

Outrossim, considerando que o veículo ofertado não estaria de acordo com o veículo solicitado no Termo de referência, o qual cita claramente, "Saveiro Trendline CS", com todos os equipamentos de série, podemos observar que na Proposta de preço, a empresa EPI retirou o nome "Saveiro Trendline", deixando apenas "Saveiro 1.6 CS", e quando foi solicitado catálogo do produto ofertado, simplesmente a empresa anexou o da "Saveiro Robust", mas sem a versão "Robust" estampada no mesmo, o que mostraria má fé. Para chegar a esse valor de venda, ela não entregaria a versão solicitada, mas sim a "Robust", o que geraria transtornos para a Prefeitura de Nova Friburgo.

Logo, a empresa vencedora não teria logrado êxito em comprovar que atendeu integralmente ao edital concernente as matérias abordadas, e ainda assim saiu vencedora do certame.

Salienta-se que a empresa recorrente atenderia perfeitamente a todas as condições gerais constantes do Edital do Pregão Eletrônico, assim como apresentaria toda a documentação e requisitos necessários ao Credenciamento e Habilitação, sendo uma empresa Concessionária da marca Volkswagen.

Destaca-se, por fim, que a FEBABRAVE — FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, vem oficiando os órgãos DENATRAN, CONFAZ, ANFAVEA, DETRAN E SECRETARIAS DE FAZENDA DO ESTADO, para que se atentem as exigências à Lei Ferrari e os Convênios ICMS 64/06 e 67/18, para que não caiam nas armadilhas das revendedoras de veículos que não gozam de condições de vender veículos 0 km.

III. DAS CONTRARRAZÕES



Comissão de Pregão I

A empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA não apresentou contrarrazões.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O instrumento convocatório ou edital da licitação é o documento que concentra todas as regras destinadas a regular o processo licitatório e o processo da contratação pública.

O art. 41 da Lei nº 8.666/93 preceitua que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou edital preceitua que a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito.

Cabe salientar que a Secretaria solicitante tanto em seu Termo de Referência, quanto no descritivo do item dispõe: "2.2 O objeto acima descrito deverá ser veículo novo/ zero km, não usado/rodado, porém sem a exigência de que o primeiro registro e licenciamento seja em nome do ente federado, Município, todavia, o veículo entregue deverá vir acompanhado do CAT e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento."

Quanto à diferença de modelos, foi solicitado por e-mail em anexo o esclarecimento quanto à divergência dos catálogos apresentados, tendo em vista constar na especificação enviada na proposta inicial e final: "Veículo utilitário com



Comissão de Pregão I

carroceria tipo pick-up (zero quilômetro), Saveiro Trendline CS," conforme documentos anexados ao processo 11.684/2022 às fls. 474 a 482. Em resposta, a empresa justifica a apresentação do catálogo diferente e, diante disso, solicitaremos que a Secretaria requisitante se manifeste quanto às especificações do item.

No Brasil, a relação entre os fabricantes de veículos automotores e seus distribuidores é regida pela Lei 6.729/70 (Lei Ferrari), posteriormente alterada pela Lei 8.132/90, bem como pela Primeira Convenção da Categoria Econômica dos Produtores e da Categoria Econômica dos Distribuidores e os contratos de concessão individuais.

A Lei Ferrari possui caráter de lei especial, ou seja, não cabe a aplicação subsidiária de normas de Direito Comum, e traz informações acerca das formalidades e obrigações necessárias para que se estabeleça, de forma válida, uma relação de concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores.

Neste sentido, tem entendido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 1510/2022-Plenário, que a utilização da Lei Ferrari, para afastar revendedoras não autorizadas da disputa, e aceitar somente concessionárias nos processos licitatórios através da restrição do conceito de veículo zero quilômetro, ofenderia os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos art. 3º, II e 170, IV da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Ainda, para o TCU, o veículo zero quilômetro a ser entregue é aquele que não tenha sido usado/rodado, conforme já decidido no Acórdão 10125/2017-Segunda Câmara, vejamos:



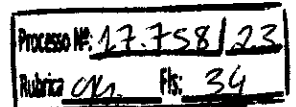
Comissão de Pregão I

"Da leitura do subitem 10.1.1.2 do edital (peça 3, p. 39) e das especificações técnicas dos veículos (peça 3, p. 46), não se verifica a obrigatoriedade de a União ser a primeira proprietária, mas de que os veículos entregues venham acompanhados do CAT e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento, não especificando em nome de quem seria o licenciamento. Assim, entende-se que a exigência é de que os veículos entregues tenham a característica de zero, ou seja, não tenham sido usados/rodados. É importante destacar que a questão do emplacamento ou a terminologia técnica utilizada para caracterizar o veículo não interfere na especificação do objeto, tampouco desqualifica o veículo como novo de fato."

Conforme edital em seu item: "19.8 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal De Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal." Desta forma essa comissão encaminha o presente recurso à Secretaria solicitante para manifestação e posterior encaminhamento à Procuradoria Geral Municipal.

Nova Friburgo, 13 de julho de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Proposta readequada do PE 091/2023

2 mensagens

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

27 de junho de 2023 às 10:12

Para: EPL COMERCIO E SERVIÇOS <eplcomercio.servicos@gmail.com>

Bom dia.

Após várias tentativas de contato telefônico sem sucesso.

Gostaria de solicitar a confirmação do modelo ofertado pela empresa .

O modelo ofertado na proposta é igual ao descritivo solicitado:

" Veículo utilitário com carroceria tipo pick-up(zero quilômetro), **Saveiro Trendline CS**, com todos os equipamentos de série, capacidade mínima para 2(dois) lugares, motorização 1.6, 116cv(E), 2 portas, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania". No entanto, o modelo indicado no catálogo é de uma Saveiro Robust que não atende ao solicitado.

Gostaria de receber a confirmação do modelo ofertado.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto

Comissão de Pregão I

EPL COMERCIO E SERVIÇOS <eplcomercio.servicos@gmail.com>

27 de junho de 2023 às 13:58

Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Boa tarde!

Segundo o termo de referência, o modelo Saveiro Robust atende completamente ao edital. Cotamos em diversas concessionárias Volkswagen e o modelo *Saveiro Trendline CS* não tem disponibilidade de compra, a fábrica não está enviando para concessionárias, ou seja, tendo risco de não conseguirmos entregar o modelo Trendline. Por esse motivo enviamos o catálogo da Saveiro Robust pois este atende 100% ao solicitado no edital. Tendo em vista que é proibida a especificação e característica exclusiva, vedação essa que visa garantir o princípio da impessoalidade, pois não há diferença importante entre os dois modelos, e, que o edital não solicita.

Não sendo assim entendido e nossa empresa sendo desclassificada, a Administração não estará cumprindo o princípio da Proposta Mais Vantajosa, sem motivos plausíveis, havendo assim a necessidade de impetrar Recurso contra decisão.

Atenciosamente,

Emilly Dossa

Departamento Jurídico

EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

[Texto das mensagens anteriores oculto]



À Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo

Processo nº 17.758/2023

Trata-se o presente de recurso administrativo intentado pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA., de forma tempestiva, alegando seu inconformismo, aduzindo em síntese, que o Pregão Eletrônico nº 091/2023, encontra-se eivado de ilegalidade nos termos da Lei Ferrari nº 6.729/1979.

Assevera que a supracitada lei, "(...)disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores e por ser de caráter de lei especial, não cabe a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum , com informações específicas sobre as formalidades e obrigações legais para uma relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores ."

Aduz ainda "(...) que ao permitir a a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não é consumidora final, o que juridicamente foge da definição de veículo novo (0km)."

Demais disto, afirma que o veículo ofertado pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., não está de acordo com o descrito no TR, Saveiro Trendline CS, com todos os equipamentos de série, tendo a empresa apresentando em sua proposta Saveiro 1.6 CS, anexando o catálogo da Saveiro Robust, o que difere do descrito no Termo de referência, enfatizando in fine, que a empresa vencedora não logrou êxito em comprovar que atendeu integralmente o edital concernente as matérias abordadas.

Ultrapassados tais pontos, impende ressaltar primeiramente que a aplicação ou não da Lei Ferrari já tinha sido objeto da análise de Minuta do Edital conforme se



comprova às fls. 220-221, em que, foi recomendado, em síntese, por àquele douto órgão, que a Pasta Gestora do processo indicasse se seria aplicado ou não a Lei Ferrari nº 6729/2019, enfatizando, ainda, que caso fosse aplicado, deverá dispor no Edital que o primeiro registro e licenciamento deverá constar em nome do Município, "hipótese que não será permitida a participação de revendedores, diante da impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da referida Lei Ferrari, segundo a qual veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor(fabricante) ou por concessionário(distribuidor)."

Foi destacado ainda, que caso não fosse aplicado a Lei Ferrari, a Pasta requisitante deveria definir o objeto licitado como veículo novo/zero km, apenas sem uso, sem a exigência de primeiro registro e licenciamento em nome do Município, ampliando, desta forma, a competitividade do certame, viabilizando que não só concessionárias e fabricantes participem, como também revendedores.

Por fim, foi recomendado a utilização do Decreto Municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município com a marca Volkswagen.

Assim, cumprindo o parecer da douta Procuradoria em epígrafe, e segundo entendimento do TCU, sobre o assunto abordado, **Acórdão nº 1510/2011 - TCU Plenário, que utilizar a lei 6.729/1979 para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias, restringindo a participação de revendedoras nos procedimentos licitatórios, infringiria os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos artigos 3º, II e 170, IV da Constituição Federal e do caput do artigo 3º da lei 8666/1993.**



Mais uma vez cabe ressaltar que como é de notório conhecimento, quanto maior o número de licitantes, maior é a competitividade, e com ela, a probabilidade de as propostas apresentarem preços mais vantajosos à Administração Pública. Desta forma, utilizar a Lei Ferrari para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias restringindo a participação de revendedoras dos procedimentos licitatórios, infringiria o princípio da competitividade, preconizado no artigo 3º, § 1º, I da Lei 8666/93.

Portanto, como se verifica nos autos, esta Pasta não utilizou a Lei Ferrari, agindo, assim, de acordo com o entendimento esposado pelo TCU, juntando, para tanto, novo Termo de referência, utilizando, ainda, a aplicação do Decreto Municipal nº 190/2023, sendo especificado o ~~modelo~~ Saveiro Trendline CS, tendo em vista ser este modelo, segundo pesquisa realizada no site da Wolkswagem, à época, o que mais se aproximava do valor da transferência voluntária conforme espelho da programação à fl. 75. *modelo*

Assim, sobre o primeiro ponto do recurso quanto a aplicação da Lei Ferrari, pelo exposto, já encontra-se superado que o Edital não o utilizou inclusive por recomendação da Procuradoria e nos termos do Acórdão do TCU acima apontado, não assistindo razão a Empresa requerente.

Entretanto, quanto ao segundo ponto, ao analisar a proposta apresentada pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., notamos que a configuração anexada na referida proposta, NÃO se coaduna com a especificação do veículo no Termo de referência. Inclusive pela simples consulta ao site da Wolkswagen, a configuração apresentada parece inferior ao veículo constante no TR.

Desta forma, este Gestor recomenda o envio deste Recurso Administrativo à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Processo:17.758/2023

Rubr.

Fls.

38

por possuírem a expertise necessária para declarar se o a configuração apresentada à fl.478-482 é a mesma do Veículo constante no TR, Volkswagen Saveiro Trendline 1.6 16 v CS, conforme especificação no TR.

Assim, remeto os autos à Procuradoria Geral do Município para opinamento e após, à Subsecretaria de Manutenção de veículos Leves e Pesados para emissão de seu opinamento técnico.

Após, retornem-se para manifestação final deste Gestor e encaminhamento à Comissão de Pregão.



Diego Asth da Silva

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos Trabalho e Políticas
Públicas para a Juventude
Matrícula: 63.262

Volkswagen

vw.com.br

[Página Principal](#) > [Catálogo](#) > [Ficha técnica](#)

Ficha Técnica [Busca detalhada](#)

Compartilhe:   

**Feirão de Fábri
Anos**

VW Amarok Valor

Comodidade de carro
picape. Compre agora

[Ver mais](#)





Nota do Leitor

7,5 [Avalie](#) ▼

Ano 2023
Preço R\$ 104.480
Propulsão Combustão
Combustível Flex (álcool/gasolina)
IPVA R\$ 4.179¹
Seguro R\$ 4.388²
Revisões R\$ 5.180 até 60.000 km
Procedência Nacional
Garantia 3 anos
Configuração Picape
Porte Compacto
Lugares 5
Portas 2
Geração 7
Plataforma PQ24
Índice CNW ? 884,57
Ranking CNW ? 150

- [Avaliação da Volks](#)
- [Avaliação do SAVE](#)
- [Anúncios de SAVE](#)
- [Comparar com out](#)
- [Mais versões do S](#)
- [Catálogo do SAVE](#)
- [Catálogo Volkswag](#)
- [Opinião do Dono](#)
- [Notícias do SAVEIF](#)
- [Concessionárias V](#)
- [Vídeos do SAVEIR](#)

MOTOR

Instalação Dianteiro
Disposição Transversal
Cilindros 4 em linha
Tuchos Hidráulicos
Cilindrada unitária 399 cm³
Válvulas por cilindro 4
Razão de compressão 11,5:1
Deslocamento 1598 cm³
Código do motor EA211
Peso/potência 9,63 kg/cv
Peso/torque 69,4 kg/kgfm

TRANSMISSÃO

Tração Dianteira
Código do câmbio MQ200

Aspiração Natural
Alimentação Injeção multiponto
Comando de válvulas Duplo no cabeçote
Variação do comando Admissão
Acionamento comando Correia dentada
Diâmetro do cilindro 76,5 mm
Curso do pistão 86,9 mm
Potência máxima 116 cv (A) 106 cv (G) a 5750 rpm
Torque máximo 16,1 kgfm (A) 15,4 kgfm (G) a 4000 rpm
Torque específico 10,1 kgfm/litro
Potência específica 72,6 cv/litro

Câmbio Manual de 5 marchas
Acoplamento Embreagem monodisco a seco

INFOTENIMENTO

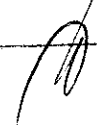
☒ Conta-giros

☒ Termômetro do líquido de arrefecimento

Legenda: ☒ Equipamento de série ☐ Equipamento opcional

A picape mais potente da categoria. Ace
e compre o seu carro 0 km!

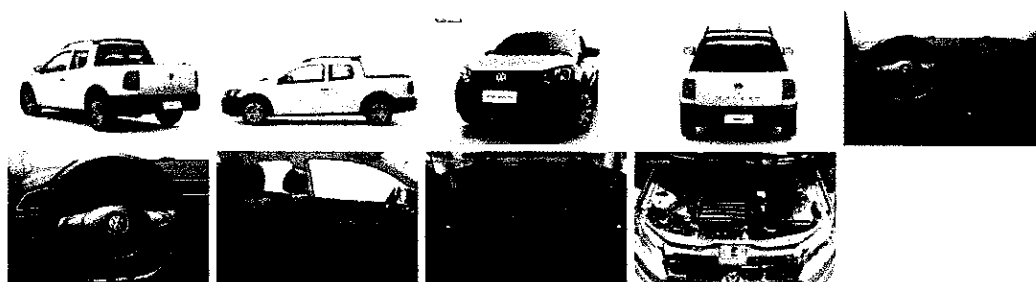
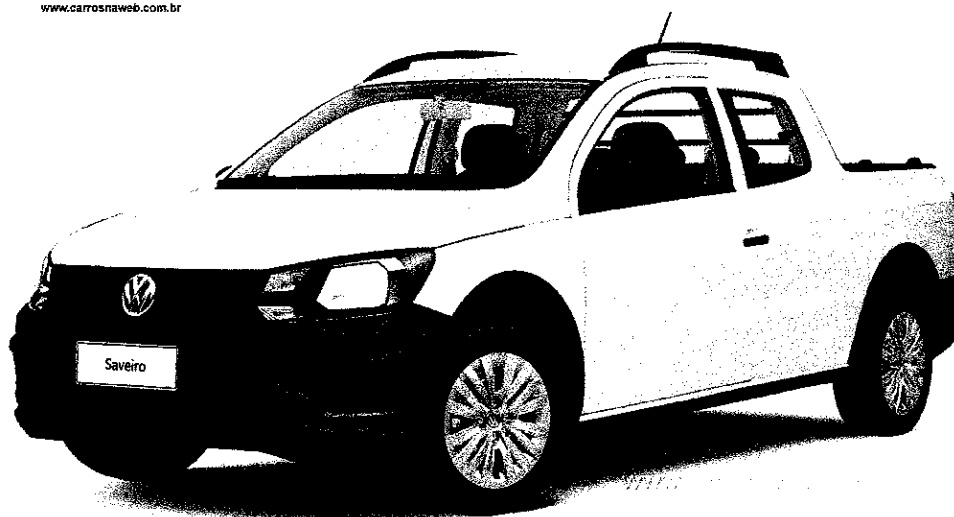
Nº Proc. 17758/23

Rubrica.  Folha 40



Fotos

Carrosnaweb
www.carrosnaweb.com.br



As informações no website podem conter imprecisões técnicas ou erros tipográficos.
As informações contidas no website podem ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio.

Feirão de Fábrica VW - 70 Anos

Espaço de Sobre

Exclusiva tração 4Motion da Amarok proporciona mais aderência ao solo. Ace

[Página Principal](#) > [Catálogo](#) > [Ficha técnica](#)

Ficha Técnica [Busca detalhada](#)

Compartilhe:    

Volkswagen Saveiro Trendline 1.6 16V CS





Nota do Leitor 7,4 [Avalie](#) ▼

MOTOR

Instalação Dianteiro
Disposição Transversal
Cilindros 4 em linha
Tuchos Hidráulicos
Cilindrada unitária 399 cm³
Válvulas por cilindro 4
Razão de compressão 11,5:1
Deslocamento 1598 cm³
Código do motor EA211
Peso/potência 8,79 kg/cv
Peso/torque 63,4 kg/kgfm

TRANSMISSÃO

Tração Dianteira
Código do câmbio MQ200

Ano 2023
Preço R\$ 95.080
Propulsão Combustão
Combustível Flex (álcool/gasolina)
IPVA R\$ 1.902¹
Seguro R\$ 3.993²
Revisões R\$ 5.180 até 60.000 km
Procedência Nacional
Garantia 3 anos
Configuração Picape
Porte Compacto
Lugares 2
Portas 2
Geração 7
Plataforma PQ24
Índice CNW ? 1.015,42
Ranking CNW ? 50

Aspiração Natural
Alimentação Injeção multiponto
Comando de válvulas Duplo no cabeçote
Variação do comando Admissão
Acionamento comando Correia dentada
Diâmetro do cilindro 76,5 mm
Curso do pistão 86,9 mm
Potência máxima 116 cv (A) 106 cv (G) a 5750 rpm
Torque máximo 16,1 kgfm (A) 15,4 kgfm (G) a 4000 rpm
Torque específico 10,1 kgfm/litro
Potência específica 72,6 cv/litro

- [Avaliação da Volks](#)
- [Avaliação do SAVE](#)
- [Anúncios de SAVEI](#)
- [Comparar com out](#)
- [Mais versões do S/](#)
- [Catálogo do SAVEI](#)
- [Catálogo Volkswag](#)
- [Opinião do Dono](#)
- [Notícias do SAVEI](#)
- [Concessionárias V](#)
- [Vídeos do SAVEIR](#)


A Sc

Fita Isolante Scotch
33+

15 20 30

100 150 200 250 300 350 400 450 500 550 600 650 700 750 800 850 900 950 1000

100 150 200 250 300 350 400 450 500 550 600 650 700 750 800 850 900 950 1000

100 150 200 250 300 350 400 450 500 550 600 650 700 750 800 850 900 950 1000

100 150 200 250 300 350 400 450 500 550 600 650 700 750 800 850 900 950 1000

- ☒ Ar-condicionado
- ☒ Ar quente
- ☒ Banco do motorista com ajuste de altura
- ☐ Ajuste do volante em profundidade
- ☒ Ajuste elétrico dos retrovisores
- ☐ Luz no porta-malas

INFOTENIMENTO

- ☒ Rádio
- ☒ Conexão Bluetooth
- ☒ Computador de bordo
- ☒ Termômetro do líquido de arrefecimento
- ☒ Leitor de cartão de memória

- ☒ Zonas de ar-condicionado: 1
- ☒ Direção assistida
- ☐ Ajuste do volante em altura
- ☒ Controle elétrico dos vidros dianteiros
- ☐ Rodas de liga leve

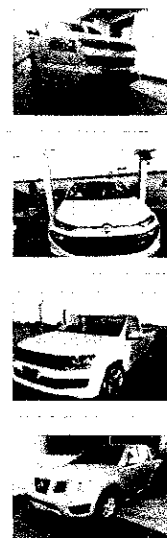
MS Prod.

Unidade

Folha

17758/23
42

Legenda: ☒ Equipamento de série ☐ Equipamento opcional



Fotos

Carrosnaweb
www.carrosnaweb.com.br



Feirão de Fábrica VW - 70 Anos

Polo highline 2023

O Único Com VW Play, Active Info Display e Ar-Condicionado Digital Climatronic

[Página Principal](#) > [Catálogo](#) > [Ficha técnica](#)

Ficha Técnica [Busca detalhada](#)

Volkswagen Saveiro Robust 1.6 16V CS

CarrosnaWeb



Nota do Leitor ★★★★★ 8,5 Avalie ▼

Compartilhe: [Facebook](#) [Twitter](#) [LinkedIn](#) [Pinterest](#)

- [Avaliação da Volkswagen](#)
- [Avaliação do SAVEIRO](#)
- [Anúncios de SAVEIRO](#)
- [Comparar com outros](#)
- [Versões do SAVEIRO](#)
- [Catálogo do SAVEIRO](#)
- [Catálogo Volkswagen](#)
- [Opinião do Dono](#)
- [Notícias do SAVEIRO](#)
- [Concessionárias Volkswagen](#)
- [Vídeos do SAVEIRO](#)

Ano 2023
Preço R\$ 90.190
Propulsão Combustão
Combustível Flex (álcool/gasolina)
IPVA R\$ 1.804¹
Seguro R\$ 3.788²
Revisões R\$ 5.180 até 60.000 km
Procedência Nacional
Garantia 3 anos
Configuração Picape
Porte Compacto
Lugares 2
Portas 2
Geração 7
Plataforma PQ24
Índice CNW ? 930,36
Ranking CNW ? 108

MOTOR

Instalação Dianteiro
Disposição Transversal
Cilindros 4 em linha
Tuchos Hidráulicos
Cilindrada unitária 399 cm³
Válvulas por cilindro 4
Razão de compressão 11,5:1
Deslocamento 1598 cm³
Código do motor EA211
Peso/potência 8,86 kg/cv
Peso/torque 63,9 kg/kgfm

TRANSMISSÃO

Tração Dianteira
Código do câmbio MQ200

Aspiração Natural
Alimentação Injeção multiponto
Comando de válvulas Duplo no cabeçote
Variação do comando Admissão
Acionamento comando Correia dentada
Diâmetro do cilindro 76,5 mm
Curso do pistão 86,9 mm
Potência máxima 116 cv (A) 106 cv (G) a 5750 rpm
Torque máximo 16,1 kgfm (A) 15,4 kgfm (G) a 4000 rpm
Torque específico 10,1 kgfm/litro
Potência específica 72,6 cv/litro

Câmbio Manual de 5 marchas
Acoplamento Embreagem monodisco a seco



Volkswagen Saveiro



Volkswagen Saveiro



Fiat Strada vs. Volkswagen Saveiro

INFOTENIMENTO

☒ Conta-giros

☒ Termômetro do líquido de arrefecimento

Legenda: ☒ Equipamento de série ☐ Equipamento opcional

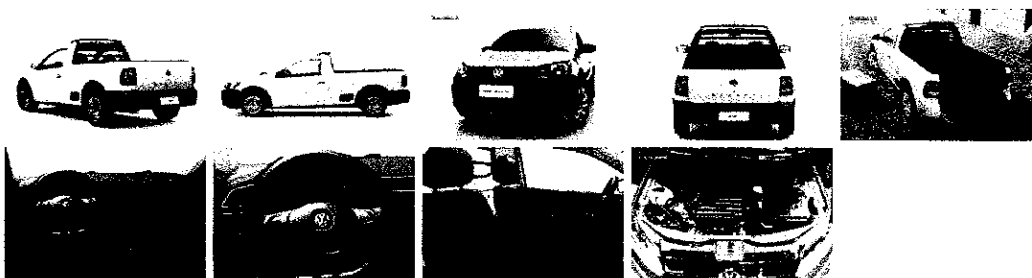
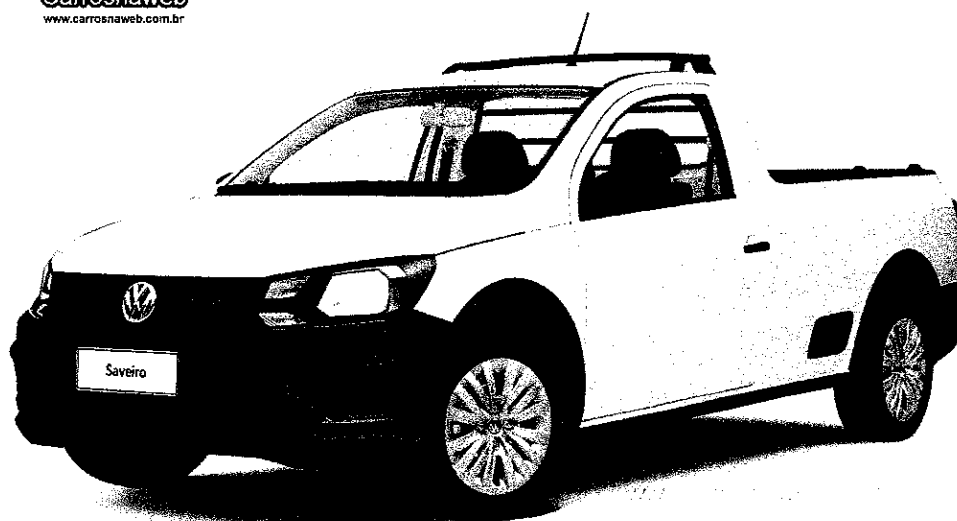
VW, o novo polo 2023

Nº Proc. 17758123

Rubrica [assinatura] Folha 44

Fotos



Carrosnaweb
www.carrosnaweb.com.br



Volkswagen

vw.com.br

Página Principal > Catálogo > Ficha técnica

Ficha Técnica [Busca detalhada](#)Compartilhe:   

Volkswagen Saveiro Cross 1.6 16V CD

CarrosnaWeb



Nota do Leitor

6,2 [Avalie](#) ▼

MOTOR

Instalação Dianteiro
 Disposição Transversal
 Cilindros 4 em linha
 Tuchos Hidráulicos
 Cilindrada unitária 399 cm³
 Válvulas por cilindro 4
 Razão de compressão 11,5:1
 Deslocamento 1598 cm³
 Código do motor EA211
 Peso/potência 9,77 kg/cv
 Peso/torque 70,4 kg/kgfm

TRANSMISSÃO

Tração Dianteira
 Código do câmbio MQ200

Ano 2023
 Preço R\$ 119.460
 Propulsão Combustão
 Combustível Flex (álcool/gasolina)
 IPVA R\$ 4.778¹
 Seguro R\$ 5.017²
 Revisões R\$ 5.180 até 60.000 km
 Procedência Nacional
 Garantia 3 anos
 Configuração Pícape
 Porte Compacto
 Lugares 5
 Portas 2
 Geração 7
 Plataforma PQ24
 Índice CNW ? 1.017,52
 Ranking CNW ? 49

Aspiração Natural
 Alimentação Injeção multiponto
 Comando de válvulas Duplo no cabeçote
 Variação do comando Admissão
 Acionamento comando Correia dentada
 Diâmetro do cilindro 76,5 mm
 Curso do pistão 86,9 mm
 Potência máxima 116 cv (A) 106 cv (G) a 5750 rpm
 Torque máximo 16,1 kgfm (A) 15,4 kgfm (G) a 4000 rpm
 Torque específico 10,1 kgfm/litro
 Potência específica 72,6 cv/litro

Câmbio Manual de 5 marchas
 Acoplamento Embreagem monodisco a seco

- [Avaliação da Volkswagen](#)
- [Avaliação do SAVEIR](#)
- [Anúncios de SAVEIR](#)
- [Comparar com outros](#)
- [Mais versões do Saveiro](#)
- [Catálogo do SAVEIR](#)
- [Catálogo Volkswagen](#)
- [Opinião do Dono](#)
- [Notícias do SAVEIR](#)
- [Concessionárias Volkswagen](#)
- [Vídeos do SAVEIR](#)

Feirão de Fábrica VW - 70 Anos -
Volkswagen

Todos os detalhes do Taos foram pensados para tornar cada experiência única. vw.com.br

☒ Sensores de estacionamento dianteiro

☒ Sensores de estacionamento traseiro

CONFORTO

☒ Ar-condicionado

☒ Ar quente

☒ Banco do motorista com ajuste de altura

☒ Ajuste do volante em profundidade

☒ Controle automático de velocidade

☒ Faróis com acendimento automático

☒ Ajuste elétrico dos retrovisores

☒ Rodas de liga leve

☒ Zonas de ar-condicionado: 1

☒ Direção assistida

☒ Ajuste do volante em altura

☒ Bancos revestidos em couro

☒ Controle elétrico dos vidros dianteiros

☒ Limpador de para-brisa automático

☒ Retrovisor interno fotocromico

☒ Luz no porta-malas

INFOTENIMENTO

☒ Rádio

☒ Conexão USB

☒ Navegador GPS

☒ Computador de bordo

☒ Termômetro do líquido de arrefecimento

☒ Espelhamento da tela do celular

☒ CD player

☒ Conexão Bluetooth

☒ Volante multifuncional

☒ Conta-giros

☒ Indicador de temperatura externa

☒ Leitor de cartão de memória

Legenda: ☒ Equipamento de série ☐ Equipamento opcional



To
SR
20
R\$



Ch
Ad
20
R\$



Ni
SL
20
R\$

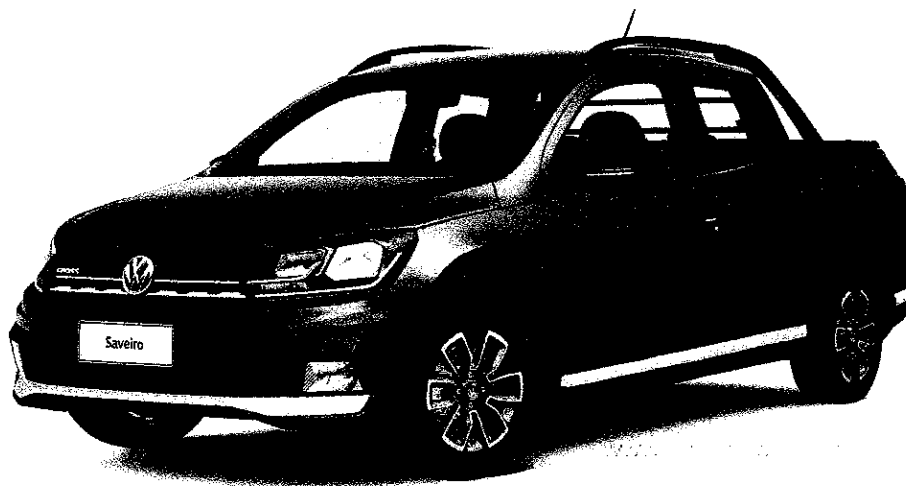


Mi
Tri
20
R\$

17 758/23
17 Proc.
Rubrica
Folha 46

Fotos

Carrosnaweb
www.carrosnaweb.com.br





PROCESSO Nº 17758
DATA 01 08 23
FOLHAS 177 Rubrica Felipe

Processo: 17.758/2023

Recorrente: Titoneli Veículos Ltda.

Recorrida: EPL Comércio e Serviços Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 173 de 2022 - Processo Licitatório n. 11.684/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 173 de 2022 - Processo Licitatório n. 11.684/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de veículo utilitário 0km para a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, objeto da Emenda Parlamentar SIGTV n. 20213981005 para atender a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo - APAE.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/05 que deve ser observada a Lei Ferrari (Lei n. 6.729/79), sob o fundamento de que *“o conceito de 0km no meio automobilístico e nos departamentos de trânsito é o de que veículos novos são aqueles sujeitos ao primeiro emplacamento”*, bem como que a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre é disciplinada pela Lei n. 6.729/79.

Afirma, ainda, que ao permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não é consumidora final, o que juridicamente foge da definição de veículo novo, requerendo a aplicação da Súmula n. 473 do STF.

Por fim, afirma que o veículo ofertado pela recorrente não está de acordo com o solicitado no Termo de Referência, onde consta claramente “Saveiro Trendline CS”, sob a legação de que a recorrente tirou o nome “Saveiro Trendline”, deixando apenas “Saveiro 1.6 CS”, requerendo do procedência do recurso e a reforma da decisão do Pregoeiro, habilitando-a e declarando-a vencedora do certame.

A empresa *EPL Comércio e Serviços Ltda.* não apresentou contrarrazões.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 27/33, afirma que, quanto à diferença de modelos, foi solicitado esclarecimento por e-mail quanto à divergência dos catálogos apresentados, tendo em vista constar na especificação enviada na proposta inicial e final “veículo utilitário com carroceria tipo pick-up (zero quilômetro), Saveiro Trendline CS”, tendo a empresa justificado a apresentação de catálogo diferente, sendo necessária a manifestação da secretaria requisitante quanto às especificações do item.

Quanto à aplicação da Lei Ferrari, afirma que o TCU tem entendido que a utilização da referida Lei para afastar revendedoras não autorizadas da disputa e aceitar somente concessionárias nos processos licitatórios através da restrição do conceito de veículo zero quilômetro ofenderia os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência (Acórdão 1510/2022-Plenário).



Afirma, ainda, que para o TCU veículo zero quilômetro a ser entregue é aquele que não tenha sido usado/rodado, conforme Acórdão 10125/2017.

Por fim, encaminhou o processo à Secretaria Municipal de Assistência Social para manifestação, com fundamento no subitem 19.8 do Edital, com posterior encaminhamento a esta Procuradoria-Geral.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, em manifestação de fls. 35/38, afirma que a aplicação ou não da Lei Ferrari já tinha sido objeto da análise da minuta do edital, onde foi recomendado que a pasta gestora do processo indicasse se seria aplicada ou não a Lei Ferrari n. 6729/1979.

Afirma que a pasta não utilizou a Lei Ferrari, de acordo com o atendimento esposado pelo TCU, juntando novo termo de referência, utilizando, ainda, a aplicação do Decreto Municipal n. 190/2023, sendo especificado o modelo Saveiro Trendline CS.

Quanto à proposta da recorrente, afirma que a configuração anexada não se coaduna com a especificação do veículo no termo de referência, apresentando configuração inferior, recomendando o envio do recurso à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados por possuir a expertise necessária para declarar se a configuração apresentada às fls. 478/482 do processo licitatório é a mesma do veículo constante no TR.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para análise da legalidade.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inhabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) anulação ou revogação da licitação;*
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*



f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;”

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Assistência Social, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.



PROCESSO Nº 17758
DATA 01 08 23
Solicitação nº 50 Rubrica Delip

Por sua vez, o subitem 19.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 27/33), ratificando a possibilidade de afastamento da aplicação da Lei Ferrari com base no entendimento do TCU, encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

No mesmo sentido, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em manifestação de fls. 35/38, afastou a aplicação da Lei Ferrari, pugnando pelo encaminhamento dos autos a esta Procuradoria-Geral e, após, à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para manifestação técnica quanto à proposta da recorrida.

Destarte, passa-se à análise do mérito recursal.

II.1 - Da Aplicação da Lei Ferrari

Esta Procuradoria-Geral enfrentou a questão recentemente, em resposta à consulta formulada nos autos do Processo Administrativo n. 30153/2021.

Na ocasião, destacou-se trecho do Acórdão 1009/2019-TCU-Plenário, no qual se encontra ratificada a possibilidade de restrição à participação no certame somente a fabricantes ou concessionárias, quando o objetivo da Administração encontra-se fundamentado no conceito do CONTRAN:

“Não se identifica, no edital, de forma expressa, a restrição de que o veículo não deveria ter registro e licenciamento anterior ou qualquer menção à Deliberação 64/2008 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que conceitua: “2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento” (peça 6, p. 4).

Assim, não parece ter sido a intenção da Prefeitura Municipal de Souza — PB adquirir veículos antes de seu registro e licenciamento, mas adquirir veículos “zero quilômetro”, ainda que, eventualmente, em alguns lugares do edital tenha se referido a veículo “novo”.



De fato, se a intenção da Prefeitura tivesse sido adquirir veículo “novo” no conceito do Contran, bastaria que tivesse limitado a participação na licitação a fabricantes de automóveis ou revendas formalmente credenciadas pelos fabricantes, ou citado a deliberação do mencionado conselho, o que não ocorreu”.

Após o enfrentamento da matéria, a Procuradoria-Geral sugeriu a adoção do seguinte entendimento:

Portanto, conclui-se que se o objeto do certame for a aquisição de veículo novo, no sentido do conceito estabelecido pela Resolução CONTRAN n. 882/2021, ou seja, antes do seu registro e licenciamento, com emissão da nota fiscal em nome do Município, a Secretaria de Saúde deverá prever tal condição expressamente no edital, hipótese em que não será permitida a participação de revendedores, diante da impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), segundo a qual veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).

Caso a secretaria requisitante defina o objeto licitado como veículo novo/zero km, apenas sem uso, sem a exigência de primeiro registro e licenciamento em nome do Município, não será aplicada a Lei Ferrari, hipótese em que poderão participar tanto fabricantes e concessionárias, quanto revendedores, ampliando, assim, a competitividade do certame.

Por se tratar de regra restritiva, o seu uso, quando necessário, deve ser justificado pela Secretaria requisitante, sob pena de macular todo o certame licitatório.

Ademais, o TCU, em recente entendimento exarado no Acórdão n. 1510/2022-Plenário, concluiu pela configuração de restrição à competitividade na hipótese de aplicação da Lei Ferrari, conforme se extrai do voto do Relator Augusto Sherman:

Com relação a esse ponto, o entendimento desta Corte é no sentido de que o veículo zero quilometro a ser entregue é aquele que não tenha sido usado/rodado, conforme se observa no voto condutor do Acórdão 10125/2017-TCU-Segunda Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes) :



Primeiro, quanto à impossibilidade do primeiro emplacamento de veículo zero km adaptado pela licitante vencedora, em suposto descumprimento ao item 10.1.1.2 do edital - Anexo I do Termo de Referência, verificou a unidade instrutiva que não há "obrigatoriedade de a União ser a primeira proprietária, mas de que os veículos entregues venham acompanhados do CAT [Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito] e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento, não especificando em nome de quem seria o licenciamento. Assim, entende-se que a exigência é de que os veículos entregues tenham a característica de zero, ou seja, não tenham sido usados/rodados." (grifou-se)

De igual modo, esse também tem sido o entendimento jurisprudencial acerca do tema, a exemplo de decisão do TJSP, cujo extrato se reproduz:

Mandado de Segurança. Pregão. Aquisição de veículo zero quilômetro. Menor preço ofertado por vendedora de automóveis multimarcas. Concessionária insurgindo-se, pois só ela em condições legais para venda de veículo zero quilômetro. Dúvidas trazidas na inicial sobre a certeza de seu direito. Zero quilômetro significa: carro novo, ainda não usado. Segurança denegada Recurso não provido". (TJSP; Apelação Cível 0002547-12.2010.8.26.0180; Relator (a) : Francisco Vicente Rossi; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro de Espírito Santo do Pinhal - 2ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 26/03/2012; Data de Registro: 29/03/2012) (destaques feitos pelo autor) .

Destarte, utilizar a Lei 6.729/1979 para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias, restringindo a participação de revendedoras nos procedimentos licitatórios, infringiria os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos art. 3º, II, e 170, IV, da Constituição Federal e no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Por essas razões, manifesto-me a favor da improcedência da representação, data vênia o posicionamento da unidade técnica.

Portanto, agiu corretamente a Secretaria Municipal de Assistência Social quando decidiu por afastar a aplicação da Lei Ferrari no caso do presente certame, não assistindo razão à recorrente quanto a este ponto.

II.2 - Da Divergência do Objeto constante na Proposta da Recorrida

Quanto à alegação de que o veículo ofertado pela recorrente não está de acordo com o solicitado no Termo de Referência, a Comissão de Pregão afirma que a empresa justificou a apresentação de catálogo diferente, motivo pelo qual solicita a manifestação da secretaria requerente quanto às especificações do item.



Por sua vez, a Secretaria Municipal de Assistência Social afirma que a configuração anexada não se coaduna com a especificação do veículo no termo de referência, apresentando configuração inferior, recomendando o envio do recurso à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados por possuir a expertise necessária para declarar se a configuração apresentada às fls. 478/482 do processo licitatório é a mesma do veículo constante no TR.

Verifica-se, às fls. 34, que foi acostada cópia do e-mail encaminhado pela Comissão de Pregão e a resposta apresentada pela recorrida, afirmando que *“Segundo o termo de referência, o modelo Saveiro Robust atende completamente ao edital. Contamos em diversas concessionárias Volkswagen e o modelo Saveiro Trendline CS não tem disponibilidade de compra, a fábrica não está enviando para concessionárias, ou seja, tendo risco de não conseguirmos entregar o modelo Trendline. Por esse motivo enviamos o catálogo da Saveiro Robust pois este atende 100% ao solicitado no edital”*.

Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que o Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 091/2023 estabeleceu no item 2.1 a especificação do objeto, constando expressamente *“Saveiro Trendline CS”*, com fundamento no Decreto Municipal n. 190/2013, que instituiu a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município de Nova Friburgo na marca Volkswagen.

No tocante à padronização da frota de veículos do Município, uma vez instituída, deve constar do edital a marca e, se for o caso, o modelo do bem desejado, padronizado nos termos do decreto, dentre aqueles que apresente o melhor custo-benefício, conforme análise técnica da pasta gestora.

Como é de saber jurídico, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Assim, a Administração tem o dever de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas.

Neste sentido, se a Administração estabeleceu no instrumento convocatório objeto específico, não pode aceitar objeto diverso, não só em razão do referido princípio, como também dos demais princípios inerentes à licitação, mormente os da igualdade e da impessoalidade.

No Acórdão 1033/2019-Plenário do TCU, o Relator Ministro Aroldo Cedraz afirmou que *“a aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei 8.666/1993) e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar não só no valor das propostas, como também na intenção de potenciais licitantes em participar do certame”*.

Destarte, deve o procedimento ser encaminhado à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para manifestação técnica acerca da proposta apresentada pela recorrida em confronto com o estabelecido no Termo de Referência, na forma do solicitado pela Secretaria de Assistência Social às fls. 35/38.



PROCESSO Nº 17758
DATA 01/08/23
Folhas 17/55 Fls. 17/55

III - DA CONCLUSÃO


Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados** para ciência e manifestação, conforme solicitação de fls. 38 e, após, pela remessa à Secretaria Municipal de Assistência Social para decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 01 de agosto de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773


Carlos Eduardo V. N. de Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

Imprimir



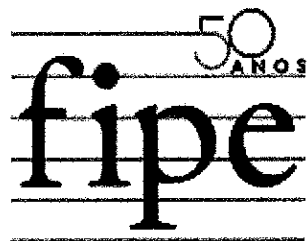
PROCESSO Nº:	11158/23
DATA:	____/____/____
FOLHAS Nº	56
PUBRICA:	<i>[Signature]</i>

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

●

Mês de referência:	agosto de 2023
Código Fipe:	005531-0
Marca:	VW - VolksWagen
Modelo:	Saveiro Trendline 1.6 Total Flex 16V
Ano Modelo:	Zero KM a Gasolina
Autenticação	f44xq5y20zp
Data da consulta	quarta-feira, 23 de agosto de 2023 10:28
Preço Médio	R\$ 101.345,00

[Imprimir](#)



PROCESSO Nº:	1118/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	57
RUBRICA	

Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

●
Mês de referência: agosto de 2023
Código Fipe: 005538-7
Marca: VW - VolksWagen
Modelo: Saveiro Robust 1.6 Total Flex 16V
Ano Modelo: Zero KM a Gasolina
Atentação: chcwj2trz36p
Data da consulta: quarta-feira, 23 de agosto de 2023 10:27
Preço Médio: R\$ 95.315,00



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 17.758/23

FLS 58

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 23 de agosto de 2023

Para: Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas

Prezados,

Cumprimentando-o cordialmente, conforme solicitado pela pasta requisitante às fls. 35-38, fizemos a análise da proposta vencedora, bem como a alegação da empresa TITONELI VEICULOS LTDA.

Importante ressaltar que a esta subsecretaria, coube apenas a análise da proposta vencedora, bem como especificação técnica do veículo apresentado pela mesma, não entrando mérito portanto, a utilização ou não da Lei Ferrari, sendo este, em nosso entender, assunto pacificado nos autos.

A empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ofertou conforme proposta readequada e catálogo às fls. 476-482, o veículo SAVEIRO ROUBUST CS 1.6 pelo valor total de R\$ 99.490,00 (noventa e nove mil, quatrocentos e noventa reais). Em rápida consulta a tabela de referência FIPE disponível em www.veiculos.fipe.org.br, o mesmo veículo tem o valor fixado em R\$ 95.315,00 (noventa e cinco mil, trezentos e quinze reais).

A empresa TITONELI VEICULOS LTDA às fls. 04 "*que o veículo ofertado não é de acordo com o veículo solicitado no Termo de Referência, onde se diz claramente, Saveiro Trendline CS.*

Em sua alegação no e-mail acostado às fls. 525 do P.A. 11684/22 a empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS alega que "*não há disponibilidade de compra, a fábrica não está enviando para as concessionárias, ou seja, tendo o risco de não conseguirmos entregar o modelo trendline. Por esse motivo*



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 17.758/23

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Fls 59

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*enviamos o catálogo da Saveiro Roubust, pois este atende 100% o edital.
Tendo em vista que é proibida a especificação e característica exclusiva(...)"*

O município dispõe de decreto de padronização da Frota Municipal de n. 190 de 25 de outubro de 2013, onde padroniza os veículos da marca Volkswagen, sendo assim, a municipalidade, através do órgão requisitante, tem a prerrogativa de escolher o modelo e veículo da marca Volkswagen que melhor atenderá as suas necessidades, não cabendo portanto qualquer questionamento por parte das empresas licitantes, tendo em vista que é o município que entende quais são as suas necessidades, não cabendo portanto aos fornecedores o juízo se esse ou aquele item atenderá ao órgão.

A empresa EPL COMERCIO SERVIÇOS LTDA, em seu e-mail, assume de forma expressa que de fato enviou modelo divergente do solicitado no Termo de Referência, não cabendo qualquer tipo de dúvida.

Sendo assim, ao compulsar a Tabela FIPE, verificamos que o modelo solicitado pela requisitante Saveiro Trendline CS, possui um valor tabelado de R\$ 101.345,00 (cento e um mil, quarenta e cinco reais), ou seja, valor superior a tabela da Saveiro Roubust.

Tal diferenciação se justifica, tendo em vista que a Saveiro modelo Trendline apresenta itens superiores ao do modelo ofertando pela empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS, dentre os quais podemos destacar:

- Computador de Bordo
- Chave Canivete com Controle
- Espelhos Retrovisores Elétricos com luzes indicadoras de direção e função Tilt Down
- Espelhos Retrovisores externos e maçanetas na cor do veículo
- Faróis com sistema Coming e leaving home
- Retro refletores no para choque traseiro



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 17.758/23

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

FLS 60

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Sendo assim, fica evidente que o modelo ofertado é inferior ao requisitado, o que fere claramente o princípio da competitividade prerrogativa fundamental em qualquer procedimento licitatório, dando provimento, neste caso, ao recurso impetrado pela empresa TITONELI VEICULOS LTDA.

Quanto a alegação da empresa, em que a montadora não está enviando para as concessionárias o modelo referenciado, a mesma não se sustenta, tendo em vista que foi verificado nos autos, que há outros fornecedores ofertando o modelo Saveiro Trendline.

Todavia, o modelo na versão Trendline está disponível para aquisição junto ao site da montadora e em outras concessionárias, sendo a alegação da licitante injustificada.

Sendo assim, opinamos pela remessa a pasta requisitante para as providências que julgar cabíveis.

Sem mais para o momento, aproveito para renovar os votos de elevada estima e consideração

Atenciosamente,

Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871

À Comissão de Pregão

Processo n° 17.758/2023

Trata-se o presente de recurso administrativo intentado pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA., de forma tempestiva, alegando seu inconformismo, aduzindo em síntese, que o Pregão Eletrônico n° 091/2023, encontra-se eivado de ilegalidade nos termos da Lei Ferrari n° 6.729/1979.

Após, a manifestação desta Secretaria às fls. 35-38, o processo foi remetido à Procuradoria Geral do Município para opinamento do recurso, o qual foi realizado conforme se demonstra às fls. 47-55. E por fim, com o opinamento técnico da Subsecretaria de manutenção de veículos Leves e Pesados conforme fls. 58-60.

Diante de todo o esposado nos referidos opinamentos, assiste em parte a Recorrente, no que tange a especificação apresentada pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., na proposta de preços acostada às fls. 474-482.

Conforme ponderações já suscitadas por esta Pasta às fls. 35-38, a especificação apresentada é inferior ao objeto do Termo de referência, não devendo, portanto, ter sido habilitada tal empresa.

Tal assertiva restou corroborada ainda pela Subsecretaria de manutenção de veículos leves às fls. 58-60 ao afirmar que :
" (...) Sendo assim, fica evidente que o modelo ofertado é



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Processo:17.758/2023

Rubr. 4 Fls. 62

inferior ao requisitado, o que fere claramente o princípio da competitividade, prerrogativa fundamental em qualquer procedimento licitatório, dando provimento, neste caso, ao recurso impetrado pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA."

No entanto, quanto a aplicação da Lei Ferrari, já tinha sido objeto da análise de Minuta do Edital conforme se comprova às fls. 220-221, em que, foi recomendado, em síntese, por àquele douto órgão, que a Pasta Gestora do processo indicasse se seria aplicado ou não a Lei Ferrari nº 6729/2019, enfatizando, ainda, que caso fosse aplicado, deverá dispor no Edital que o primeiro registro e licenciamento deverá constar em nome do Município, "hipótese que não será permitida a participação de revendedores, diante da impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da referida Lei Ferrari, segundo a qual veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor(fabricante) ou por concessionário(distribuidor)."

Assim, cumprindo o parecer da douta Procuradoria em epígrafe, e segundo entendimento do TCU, sobre o assunto abordado, Acórdão nº 1510/2011 - TCU Plenário, que utilizar a lei 6.729/1979 para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias, restringindo a participação de revendedoras nos procedimentos licitatórios, infringiria os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos artigos 3º, II e 170, IV da Constituição Federal e do caput do artigo 3º da lei 8666/1993.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Processo:17.758/2023

Rubrica Fls. 63

Mais uma vez cabe ressaltar que como é de notório conhecimento, quanto maior o número de licitantes, maior é a competitividade, e com ela, a probabilidade de as propostas apresentarem preços mais vantajosos à Administração Pública. Desta forma, utilizar a Lei Ferrari para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias restringindo a participação de revendedoras dos procedimentos licitatórios, infringiria o princípio da competitividade, preconizado no artigo 3º, § 1º, I da Lei 8666/93.

Portanto, como se verifica nos autos, esta Pasta não utilizou a Lei Ferrari, agindo, assim, de acordo com o entendimento esposado pelo TCU, juntando, para tanto, novo Termo de referência, utilizando, ainda, a aplicação do Decreto Municipal nº 190/2023, sendo especificado o modelo ^{modelo} Saveiro Trendline CS, tendo em vista ser este modelo, segundo pesquisa realizada no site da Wolkswagem, à época, o que mais se aproximava do valor da transferência voluntária conforme espelho da programação à fl. 75.

Assim, sobre o primeiro ponto do recurso quanto a aplicação da Lei Ferrari, pelo exposto, já encontra-se superado que o Edital não o utilizou inclusive por recomendação da Procuradoria e nos termos do Acórdão do TCU acima apontado, não assistindo razão a Empresa requerente.

Entretanto, quanto ao segundo ponto, ao analisar a proposta apresentada pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., notamos que a configuração anexada na referida proposta, NÃO se coaduna com a especificação do veículo no Termo de referência. Inclusive pela simples consulta ao site da



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Processo:17.758/2023

Rubr.

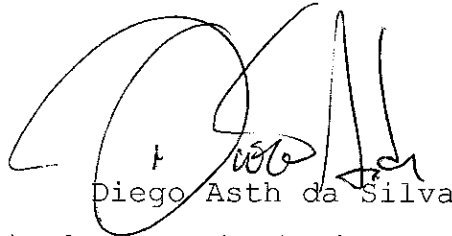
Fls.

64

Wolkswagen, a configuração apresentada parece inferior ao veículo constante no TR.

Desta forma, este Gestor decide acatar o recurso administrativo em parte, devendo ser anulados os atos referente a classificação da proposta e habilitação da empresa EPL Comércio e Serviços Ltda.

Nova Friburgo, 30 de agosto de 2023.



Diego Asth da Silva

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude
Matrícula: 63.262



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023.

Processo Licitatório nº: 11.684/2022

Processo Recurso nº: 17.758/2023

OBJETO: Aquisição de veículo utilitário 0km, para a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, objeto da Emenda Parlamentar SIGTV nº 20213981005, em conformidade com a Portaria nº 69 de 24/06/2022 que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, bem como com o Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen e dá outras providências, para atender a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo – APAE. *Rm*

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 11.448.734/0001-54, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 17.758/2023.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 27/06/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 11.684/2022, a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3, 4 e 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA, CNPJ 11.448.734/0001-54 e seu representante legal, ambos já qualificados nos autos, vêm apresentar razões de recurso conforme demonstrado abaixo. *BR*

I - DOS FATOS

A empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA não poderia ter sido definida como vencedora do certame, considerando os motivos dispostos a seguir.

A nota fiscal da referida empresa, por não ser uma concessionária, não poderia ser usada para fazer o primeiro emplacamento, descaracterizando o veículo como novo/0 km.

Dessa forma, a Administração, mesmo que tenha a garantia de fábrica sobre o veículo, estaria adquirindo um veículo SEMINOVO. No caso em tela, o veículo ao sair de concessionária já teria uma depreciação de 15%, ou seja, o município de Nova Friburgo estaria adquirindo literalmente um carro novo, já depreciado em 15% de seu valor.



Comissão de Pregão I

Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União – CGU, em resposta a pedido de esclarecimento feito, deixou claro que "veículo novo (zero quilômetro) é aquele adquirido através de fabricante/ montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB".

Logo, o primeiro emplacamento deveria ocorrer apenas em duas situações específicas, pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou pela aquisição junto à concessionária. E em qualquer outra situação, o emplacamento seria caracterizado como de um veículo seminovo.

Ponto finalizando, a participação de empresas não autorizadas pelos fabricantes feriria os princípios da legalidade e moralidade, sendo, portanto, manifestadamente contrários a Lei Ferrari, passíveis das punições previstas na Lei nº. 8.666/93, aplicada subsidiariamente aos pregões. *BA*

Ante ao exposto, seria imperioso a aplicação da Súmula 473 do STF, considerando o que dispõe: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os, tornam ilegais porque deles não se originam direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Ademais, considerando o descrito no Termo de Entendimentos entre a Anfavea/ Fenabreve e os Convênios ICMS 64/2016, que foi alterado pelo 67/2018 e 135/2014, a empresa classificada em primeiro lugar no referido certame, não poderia vender os veículos adquiridos pelo canal de venda direta da montadora com menos de 12 (doze) meses de sua aquisição, uma vez que esses veículos ficam como ativo imobilizado. No caso de venda antes desse prazo, teria que recolher a diferença de ICMS, que implica no emplacamento, o que também não teria sido observado pela Comissão de Licitação.

Comissão de Pregão I

Outrossim, considerando que o veículo ofertado não estaria de acordo com o veículo solicitado no Termo de referência, o qual cita claramente, "Saveiro Trendline CS", com todos os equipamentos de série, podemos observar que na Proposta de preço, a empresa EPI retirou o nome "Saveiro Trendline", deixando apenas "Saveiro 1.6 CS", e quando foi solicitado catálogo do produto ofertado, simplesmente a empresa anexou o da "Saveiro Robust", mas sem a versão "Robust" estampada no mesmo, o que mostraria má fé. Para chegar a esse valor de venda, ela não entregaria a versão solicitada, mas sim a "Robust", o que geraria transtornos para a Prefeitura de Nova Friburgo.

Logo, a empresa vencedora não teria logrado êxito em comprovar que atendeu integralmente ao edital concernente as matérias abordadas, e ainda assim saiu vencedora do certame.

Salienta-se que a empresa recorrente atenderia perfeitamente a todas as condições gerais constantes do Edital do Pregão Eletrônico, assim como apresentaria toda a documentação e requisitos necessários ao Credenciamento e Habilitação, sendo uma empresa Concessionária da marca Volkswagen.

Destaca-se, por fim, que a FEBABRAVE — FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, vem oficiando os órgãos DENATRAN, CONFAZ, ANFAVEA, DETRAN E SECRETARIAS DE FAZENDA DO ESTADO, para que se atentem as exigências à Lei Ferrari e os Convênios ICMS 64/06 e 67/18, para que não caiam nas armadilhas das revendedoras de veículos que não gozam de condições de vender veículos 0 km.

III. DAS CONTRARRAZÕES



Comissão de Pregão I

A empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA não apresentou contrarrazões.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O instrumento convocatório ou edital da licitação é o documento que concentra todas as regras destinadas a regular o processo licitatório e o processo da contratação pública.

O art. 41 da Lei nº 8.666/93 preceitua que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou edital preceitua que a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito. *RM*

Cabe salientar que a Secretaria solicitante tanto em seu Termo de Referência, quanto no descritivo do item dispõe: "2.2 O objeto acima descrito deverá ser veículo novo/ zero km, não usado/rodado, porém sem a exigência de que o primeiro registro e licenciamento seja em nome do ente federado, Município, todavia, o veículo entregue deverá vir acompanhado do CAT e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento."

Quanto à diferença de modelos, foi solicitado por e-mail em anexo o esclarecimento quanto à divergência dos catálogos apresentados, tendo em vista constar na especificação enviada na proposta inicial e final: "Veículo utilitário com

Comissão de Pregão I

carroceria tipo pick-up (zero quilômetro), Saveiro Trendline CS," conforme documentos anexados ao processo 11.684/2022 às fls. 474 a 482. Em resposta, a empresa justifica a apresentação do catálogo diferente e, diante disso, solicitaremos que a Secretaria requisitante se manifeste quanto às especificações do item.

No Brasil, a relação entre os fabricantes de veículos automotores e seus distribuidores é regida pela Lei 6.729/70 (Lei Ferrari), posteriormente alterada pela Lei 8.132/90, bem como pela Primeira Convenção da Categoria Econômica dos Produtores e da Categoria Econômica dos Distribuidores e os contratos de concessão individuais.

A Lei Ferrari possui caráter de lei especial, ou seja, não cabe a aplicação subsidiária de normas de Direito Comum, e traz informações acerca das formalidades e obrigações necessárias para que se estabeleça, de forma válida, uma relação de concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores.

Neste sentido, tem entendido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 1510/2022-Plenário, que a utilização da Lei Ferrari, para afastar revendedoras não autorizadas da disputa, e aceitar somente concessionárias nos processos licitatórios através da restrição do conceito de veículo zero quilômetro, ofenderia os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos art. 3º, II e 170, IV da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Ainda, para o TCU, o veículo zero quilômetro a ser entregue é aquele que não tenha sido usado/rodado, conforme já decidido no Acórdão 10125/2017-Segunda Câmara, vejamos:



Comissão de Pregão I

"Da leitura do subitem 10.1.1.2 do edital (peça 3, p. 39) e das especificações técnicas dos veículos (peça 3, p. 46), não se verifica a obrigatoriedade de a União ser a primeira proprietária, mas de que os veículos entregues venham acompanhados do CAT e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento, não especificando em nome de quem seria o licenciamento. Assim, entende-se que a exigência é de que os veículos entregues tenham a característica de zero, ou seja, não tenham sido usados/rodados. É importante destacar que a questão do emplacamento ou a terminologia técnica utilizada para caracterizar o veículo não interfere na especificação do objeto, tampouco desqualifica o veículo como novo de fato."

Em concordância com a resposta da equipe técnica e com os levantamentos realizados pela Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados que foram anexadas ao processo às fls. 56 a 60. As especificações do Veículo licitado divergem das solicitadas no Edital e seus anexos, conforme demonstrado na pesquisa realizada pelo setor técnico não cabendo mais dúvidas quanto a divergência do veículo ofertado. *DR*

V. DA DECISÃO

Isso posto, com fulcro no art. 165, inciso II, § 2º da Lei Federal n.º 14.133/21, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 091/2023, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 17.758/2023

RUBRICA: *Det* FOLHA: 72

Comissão de Pregão I

Será realizada volta da fase com agendamento a ser realizado pelo sistema de nova data para realização de volta da fase e convocação da empresa próxima convocada a negociação.

Nova Friburgo, 06 de setembro de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934